

Jacinto da Silva Gomes Matos  
Mateus Lemos Barroso  
Maria Luciene Sousa Augusto  
Mayara Luiza Freitas Silva  
Daniel Martins Braga

# A Educação no Brasil:

## Políticas Públicas e a Busca por Inclusão e Qualidade



**AYA EDITORA**

**2024**

# **A Educação no Brasil:**

**Políticas Públicas e a Busca  
por Inclusão e Qualidade**

Jacinto da Silva Gomes Matos  
Mateus Lemos Barroso  
Maria Luciene Sousa Augusto  
Mayara Luiza Freitas Silva  
Daniel Martins Braga

# **A Educação no Brasil:**

## **Políticas Públicas e a Busca por Inclusão e Qualidade**



**AYA EDITORA**

**2024**

## **Direção Editorial**

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

## **Autores**

Prof.º Me. Jacinto da Silva Gomes Matos

Prof.º Me. Mateus Lemos Barroso

Prof.ª Ma. Maria Luciene Sousa Augusto

Prof.ª Ma. Mayara Luiza Freitas Silva

Prof.º Me. Daniel Martins Braga

## **Capa**

AYA Editora©

## **Revisão**

Os Autores

## **Conselho Editorial**

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

*Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí*

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

*Centro Universitário Santa Amélia*

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

*Instituto Federal do Amapá*

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

*Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP*

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva

*Centro Universitário FACEX*

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chirolí

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

*Universidade Federal de Sergipe*

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

*Universidade do Estado de Minas Gerais*

Prof.ª Ma. Denise Pereira

*Faculdade Sudoeste – FASU*

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

*Universidade Federal do Paraná*

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

*Universidade Federal do Amapá*

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

*Universidade Estadual de Londrina*

## **Executiva de Negócios**

Ana Lucia Ribeiro Soares

## **Produção Editorial**

AYA Editora©

## **Imagens de Capa**

br.freepik.com

## **Área do Conhecimento**

Ciências Humanas

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença*

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

*Universidade Federal de Sergipe*

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

*Universidade de Santa Cruz do Sul*

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

*Faculdade Santa Helena*

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

*Universidade Federal de Roraima*

Prof.º Me. Jorge Soistak

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

*Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara*

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

*Universidade Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

*Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais*

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

*Faculdade Santana*

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

*Universidade Federal Rural de Pernambuco*

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

*Universidade Norte do Paraná*

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

*Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP*

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

*Universidade Estadual do Centro-Oeste*

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda

*Universidade Estadual de Ponta Grossa*

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus  
Pauapebas*

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

*Instituto Federal do Acre*

Prof.º Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos  
Santos

*Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA*

Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail

*Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais*

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

*Universidade Federal do Piauí*

Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda

Santos

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

*Instituto Federal de Santa Catarina*

© 2024 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva do autor. Os autores detêm total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente a sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro, devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

---

M4336 Matos, Jacinto da Silva Gomes

A educação no Brasil: políticas públicas e a busca por inclusão e qualidades [recurso eletrônico]. / Jacinto da Silva Gomes Matos...[et al.]. -- Ponta Grossa: Aya, 2024. 78 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-605-8

DOI: 10.47573/aya.5379.1.311

1. Educação - Brasil – História. 2. Educação – Política governamental - Brasil. I. Barroso, Mateus Lemos. II. Augusto, Maria Luciene Sousa. III. Silva, Mayara Luiza Freitas. IV. Braga, Daniel Martins. V. Título

CDD: 370.981

---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

---

## **International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA**

**AYA Editora©**

**CNPJ:** 36.140.631/0001-53

**Fone:** +55 42 3086-3131

**WhatsApp:** +55 42 99906-0630

**E-mail:** contato@ayaeditora.com.br

**Site:** <https://ayaeditora.com.br>

**Endereço:** Rua João Rabello Coutinho, 557  
Ponta Grossa - Paraná - Brasil  
84.071-150

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>O NOVO FUNDEB E O FNDE: UMA PERSPECTIVA EVOLUTIVA E CONTEXTUALIZADA.....</b>	<b>14</b>
Funcionamento do FUNDEB: Financiamento e Impactos no Desenvolvimento Educacional Brasileiro .....	16
O Papel do FNDE no Gerenciamento dos Recursos da Educação Básica.....	19
Desafios e Oportunidades do FUNDEB: Perspectivas para o Futuro do Financiamento Educativo.....	21
Contribuição do FUNDEB/FNDE para a Redução das Desigualdades Educacionais...	23
<b>PNAE (PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR).....</b>	<b>27</b>
Funcionamento do PNAE: Estrutura e Execução nas Escolas Brasileiras.....	29
Impacto do PNAE na Saúde Escolar: Benefícios para o Corpo e a Mente.....	30
Desafios do PNAE: Problemas na Implementação do Programa .....	32
PNAE e Sustentabilidade: Promoção da Agricultura Sustentável e Educação Alimentar . .....	33

Dados Atuais sobre o PNAE: Alcance e Impactos nas Comunidades Escolares .....34

## **PNATE (PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR) ..... 36**

Gestão e Financiamento do PNATE:  
Mecanismos de Administração e Execução..38

Infraestrutura e Desafios Operacionais:  
Garantindo a Qualidade e Segurança do Transporte Escolar.....39

Impactos do PNATE no Acesso à Educação:  
Promovendo Inclusão Escolar em Áreas Rurais..  
.....41

PNATE e a Educação Rural: Dependência do Transporte Escolar para Garantir a Frequência .  
.....42

Dados Atuais sobre o PNATE: Abrangência e Funcionamento do Programa .....44

Indicadores de Eficiência e Desafios Futuros..45

## **PNLD (PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO) ..... 47**

Seleção e Distribuição dos Livros Didáticos:  
Processos e Critérios .....49

Impacto dos Livros Didáticos no Ensino-Aprendizagem: Contribuições para o Desenvolvimento Educacional .....50

Desafios do PNLD: Problemas de Distribuição, Atualização e Adequação dos Conteúdos...52

Tecnologia e Inovações no PNLD: Recursos Digitais e Interativos .....	53
Dados Atuais sobre o PNLD: Cobertura e Impacto Econômico e Social .....	54
<b>PDDE (PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA) .....</b>	<b>56</b>
Critérios de Alocação de Recursos do PDDE: Qualificação e Distribuição de Verbas .....	57
Uso dos Recursos do PDDE: Melhorias Físicas e Pedagógicas nas Escolas.....	59
Desafios na Implementação do PDDE: Uso Adequado dos Recursos e Prestação de Contas .....	60
Impacto do PDDE na Qualidade Educacional: Contribuições para o Ensino e Exemplos de Boas Práticas.....	61
Dados Atuais sobre o PDDE: Impacto Financeiro e Educacional .....	62
Projeções para o Desenvolvimento Futuro do Programa.....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>68</b>
<b>SOBRE OS AUTORES .....</b>	<b>70</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>72</b>

# APRESENTAÇÃO

A obra intitulada **"A Educação no Brasil: Políticas Públicas e a Busca por Inclusão e Qualidade"** propõe uma análise abrangente dos principais programas e políticas educacionais implementados no Brasil ao longo das últimas décadas, evidenciando a evolução e os desafios enfrentados para promover um sistema educacional mais inclusivo e equitativo. Através de uma perspectiva crítica, o livro examina o papel central das políticas de financiamento e de gestão educacional, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

O FUNDEB, como destacado na obra, surge como a principal ferramenta de financiamento da educação básica, abordando desde a distribuição de recursos entre as diversas regiões do país até a equalização das oportunidades educacionais. A análise crítica conduzida pelos autores revela como as alterações legislativas recentes e os mecanismos de controle implementados visam garantir uma aplicação mais eficiente e transparente dos recursos, promovendo a equidade entre os entes federados e contribuindo para a valorização dos profissionais da educação.

O estudo do PNAE e do PNATE explora a relação entre a implementação dos programas e a garantia do acesso e permanência dos alunos nas escolas, especialmente em áreas rurais e em contextos de vulnerabilidade social. Enquanto o PNAE busca assegurar a saúde e o bem-estar dos estudantes por meio da oferta de uma alimentação balanceada, o PNATE é apresentado como um instrumento fundamental para a inclusão escolar, eliminando as barreiras geográficas que dificultam o acesso regular à educação.

O PNLD e o PDDE, por sua vez, são discutidos como programas complementares, que contribuem para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem. O PNLD é examinado em sua capacidade de democratizar o acesso a materiais didáticos de

qualidade e de promover a inclusão por meio de adaptações para alunos com deficiências, enquanto o PDDE oferece autonomia financeira às escolas para realizar melhorias em suas infraestruturas e implementar projetos pedagógicos adaptados às necessidades locais.

Por meio de uma articulação coesa entre esses programas, o livro busca elucidar as interações e interdependências que constituem a base das políticas educacionais no Brasil, evidenciando como cada programa contribui para a construção de um sistema educacional mais justo e acessível. Ao final, a obra convida os leitores a refletirem sobre as perspectivas e os desafios futuros para a continuidade e aprimoramento dessas políticas, ressaltando a importância de um monitoramento constante e de uma gestão eficiente para que os objetivos propostos sejam alcançados.

Esse estudo é, portanto, uma leitura fundamental para gestores educacionais, pesquisadores e formuladores de políticas públicas interessados em compreender as dinâmicas e os resultados das iniciativas voltadas à promoção da educação inclusiva no Brasil.

Boa Leitura!

# INTRODUÇÃO

A educação pública no Brasil tem sido moldada ao longo dos anos por uma série de políticas públicas que visam mitigar as desigualdades sociais e regionais, assegurar o acesso universal à educação e promover a qualidade no ensino. A construção desse cenário educacional, no entanto, enfrenta desafios complexos, como a precariedade da infraestrutura em muitas escolas, a falta de recursos pedagógicos, as barreiras geográficas e a inadequação das condições de ensino. Nesse contexto, programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) emergem como instrumentos cruciais para fortalecer e sustentar o sistema educacional brasileiro.

Essas políticas públicas têm como foco central a promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todos, independentemente da localização ou das condições socioeconômicas dos alunos. O FUNDEB, por exemplo, atua como a principal fonte de financiamento da educação básica, promovendo uma redistribuição de recursos que visa equalizar as condições de ensino em diferentes regiões do país. O FNDE, enquanto gestor de vários programas, assegura que os repasses financeiros sejam eficientes e que os recursos cheguem às escolas de forma organizada. Já o PNAE se destaca por oferecer alimentação escolar balanceada, essencial para o desenvolvimento cognitivo e físico dos estudantes, enquanto o PNATE busca eliminar as barreiras geográficas, garantindo que alunos em áreas remotas possam ter acesso regular às escolas.

Outros programas, como o PNLD e o PDDE, têm papéis igualmente relevantes. O PNLD assegura que os alunos da rede pública tenham acesso a livros didáticos de qualidade, promovendo a uniformização dos conteúdos e fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem. O PDDE, por sua vez, proporciona uma autonomia financeira às escolas

para que possam realizar pequenas reformas, comprar materiais e implementar projetos pedagógicos adaptados às suas realidades. No conjunto, essas iniciativas constituem a base de sustentação do sistema educacional brasileiro, garantindo que milhões de estudantes possam frequentar a escola e obter uma formação que os prepare para o futuro.

Embora este trabalho se concentre em analisar as políticas educacionais mencionadas, ele não esgota o vasto campo das políticas públicas voltadas para a educação. A análise a seguir está organizada em capítulos que abordam, individualmente, cada um desses programas, começando pela origem e evolução de cada política, seus objetivos centrais, desafios enfrentados, e finalizando com uma avaliação de seus impactos e dados atuais. Assim, este livro pretende fornecer uma visão crítica e abrangente sobre como essas políticas moldam o cenário da educação pública no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e equitativa.

# O NOVO FUNDEB E O FNDE: UMA PERSPECTIVA EVOLUTIVA E CONTEXTUALIZADA

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) representou um marco nas políticas públicas educacionais no Brasil, influenciando diretamente o financiamento e a qualidade da educação básica. O FUNDEB foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53 de 2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007, sucedendo o antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O FUNDEB ampliou o escopo de atuação para todas as etapas da educação básica, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio, promovendo maior equidade na distribuição de recursos entre estados e municípios (Fossatti, 2023). Já o FNDE, criado em 1968, atua como o principal órgão executor dessas políticas, sendo responsável por repassar e monitorar a aplicação dos recursos provenientes de programas como o FUNDEB, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outros (Dief, 2023).

Desde a sua criação, o FUNDEB tem se mostrado um instrumento crucial para garantir a equalização de oportunidades educacionais, especialmente em regiões com menores índices de desenvolvimento econômico. A introdução do novo FUNDEB, regulamentado pela Emenda Constitucional nº 108 de 2020, trouxe importantes avanços, como o aumento progressivo da complementação da União e a introdução de mecanismos mais rigorosos de controle e monitoramento dos recursos (Fossatti, 2023). Esse fundo permanente fortaleceu o compromisso do Estado com a educação pública de qualidade, sendo um mecanismo

imprescindível para a manutenção das escolas públicas e o pagamento dos profissionais da educação. A gestão eficaz desses recursos, porém, depende não apenas do volume financeiro, mas também da capacidade técnica dos entes federativos de aplicar esses valores de forma eficiente e transparente (FNDE, 2023).

O FNDE, por sua vez, desempenha um papel complementar, sendo responsável pela execução das políticas de desenvolvimento educacional, principalmente no que tange à alocação e fiscalização dos recursos repassados por meio de seus diversos programas. Sua função administrativa envolve a transferência automática de recursos aos estados, Distrito Federal e municípios, sem a necessidade de convênios, simplificando a burocracia e agilizando o processo de distribuição dos valores (FNDE, 2023). A centralização da gestão financeira no FNDE garante uma maior padronização no uso dos recursos, além de contribuir para uma fiscalização mais rigorosa, minimizando riscos de má utilização dos fundos destinados à educação (Digef, 2023).

Ao longo dos anos, o FUNDEB evoluiu em resposta às demandas sociais e educacionais do país, refletindo o contexto político-econômico de cada período. A emenda de 2020, que reformulou o fundo, reforçou o princípio da equidade, ao introduzir uma distribuição mais justa dos recursos entre os entes federados, especialmente os que apresentam menores receitas próprias. Este avanço, defendido por especialistas como Fossatti (2023), indica um passo importante rumo à redução das desigualdades educacionais, embora ainda existam desafios a serem superados, principalmente no que diz respeito à implementação de mecanismos de controle social que garantam a correta aplicação dos recursos.

Além de seu impacto direto na infraestrutura das escolas e na remuneração dos profissionais da educação, o FUNDEB também tem efeitos indiretos na qualidade da educação oferecida, como observam Ferreira, Alves e Mello (2019). Esses autores destacam que a garantia de recursos mínimos, com o suporte do FNDE, contribui para a melhoria das condições de ensino e, conseqüentemente, para o desempenho dos estudantes. Nesse sentido, a expansão da atuação do FUNDEB em áreas historicamente marginalizadas tem sido uma das principais conquistas das políticas públicas educacionais no Brasil, promovendo maior inclusão e acesso à educação de qualidade (FNDE, 2023).

Contudo, é importante notar que a efetividade do FUNDEB e do FNDE está diretamente relacionada à capacidade de monitoramento e fiscalização por parte das instâncias governamentais. Da Silva *et al.* (2020) argumentam que a transparência na prestação de contas e a descentralização do controle são fatores cruciais para garantir que os recursos cheguem efetivamente às escolas que mais necessitam. Assim, a gestão participativa e a fiscalização social emergem como elementos centrais para assegurar a continuidade e a ampliação dos avanços proporcionados pelo FUNDEB e geridos pelo FNDE.

O FUNDEB e o FNDE constituem pilares fundamentais para a manutenção e desenvolvimento da educação básica no Brasil, tendo passado por transformações significativas que visam fortalecer o compromisso do Estado com uma educação pública de qualidade. A atuação desses fundos reflete a complexidade da gestão educacional no país, demandando um esforço conjunto entre União, estados e municípios para assegurar que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e transparente.

## Funcionamento do FUNDEB: Financiamento e Impactos no Desenvolvimento Educacional Brasileiro

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) desempenha um papel central no financiamento da educação pública no Brasil, sendo responsável por garantir recursos financeiros para todas as etapas da educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio. Sua estrutura de financiamento é baseada em contribuições de estados, municípios e da União, que são posteriormente redistribuídas conforme critérios que buscam equalizar as disparidades regionais e promover maior equidade no acesso à educação de qualidade. Conforme Fossatti (2023), o FUNDEB representa uma importante estratégia de financiamento, assegurando que estados e municípios com menor capacidade arrecadatória recebam uma complementação da União, o que possibilita a redução das desigualdades educacionais no país.

Os mecanismos de financiamento do FUNDEB são definidos com base em uma fórmula que leva em consideração a receita obtida pelos estados e municípios, além de parâmetros como o número de matrículas em cada etapa da educação básica. De acordo com o FNDE (2023), o cálculo do valor a ser redistribuído considera as receitas de impostos estaduais e municipais vinculadas à educação, além de uma complementação da União para os entes federados que não atingem o valor mínimo nacional por aluno. Essa distribuição ocorre de forma automática e proporcional ao número de estudantes matriculados, conforme dados fornecidos pelo Censo Escolar, e é ajustada anualmente com base na inflação e no crescimento das matrículas.

A redistribuição dos recursos é um dos aspectos mais importantes do funcionamento do FUNDEB, uma vez que busca corrigir desigualdades históricas entre as diferentes regiões do país. Estados com maior arrecadação, como São Paulo e Rio de Janeiro, contribuem mais para o fundo, enquanto estados menos desenvolvidos economicamente, como Maranhão e Piauí, são beneficiários de uma maior parcela dos recursos redistribuídos (Fossatti, 2023). Esse mecanismo de solidariedade federativa garante uma distribuição mais justa dos recursos educacionais, possibilitando que estudantes de todas as regiões do país tenham acesso a uma educação básica de qualidade, independentemente da capacidade financeira do estado ou município em que residem.

O impacto do FUNDEB no desenvolvimento educacional brasileiro tem sido amplamente positivo, especialmente nas regiões mais carentes do país. Desde sua criação, o fundo tem contribuído significativamente para a ampliação do acesso à educação básica e para a melhoria das condições de infraestrutura das escolas públicas. Ferreira, Alves e Mello (2019) apontam que a destinação de recursos financeiros de forma equitativa entre os estados e municípios tem permitido a construção de novas escolas, a manutenção de prédios escolares e a melhoria das condições de ensino, incluindo a aquisição de materiais didáticos e a valorização dos profissionais da educação. Essas melhorias têm impacto direto no desempenho dos alunos, reduzindo taxas de evasão escolar e aumentando a taxa de conclusão do ensino básico.

Outro aspecto relevante do impacto do FUNDEB no sistema educacional é a valorização dos profissionais da educação. A destinação de parte dos recursos para o pagamento de salários dos professores tem possibilitado uma melhoria nas condições de trabalho desses profissionais, o que, por sua vez, reflete-se na qualidade do ensino oferecido. Como observado por Fossatti (2023), a política de redistribuição do FUNDEB tem contribuído para uma maior estabilidade na carreira docente, promovendo a qualificação contínua dos professores e incentivando a permanência desses profissionais na rede pública de ensino.

Além disso, o FUNDEB tem sido fundamental para o fortalecimento das políticas públicas de educação inclusiva, garantindo recursos para atender às necessidades de alunos com deficiência e outras condições especiais. O fundo permite que estados e municípios invistam em recursos pedagógicos, adaptações curriculares e infraestrutura especializada, contribuindo para uma educação mais inclusiva e democrática. O FNDE (2023) destaca que a inclusão desses estudantes no sistema educacional regular é uma prioridade, e o FUNDEB tem sido uma ferramenta essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade.

O FUNDEB se consolidou como um dos principais mecanismos de financiamento da educação básica no Brasil, desempenhando um papel crucial na promoção da equidade e na redução das desigualdades regionais no acesso à educação. Sua estrutura de redistribuição de recursos, aliada à complementação da União, tem permitido que estados e municípios, independentemente de sua capacidade arrecadatória, ofereçam uma educação pública de qualidade. O impacto positivo do FUNDEB no desenvolvimento educacional brasileiro é evidente, refletindo-se na ampliação do acesso, na melhoria da infraestrutura escolar e na valorização dos profissionais da educação.

# O Papel do FNDE no Gerenciamento dos Recursos da Educação Básica

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é um órgão essencial na execução das políticas públicas educacionais no Brasil, tendo como principal função o gerenciamento dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica. Criado em 1968, o FNDE atua como uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, sendo responsável por executar os programas de financiamento educacional, o que inclui a gestão de fundos como o FUNDEB, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) (FNDE, 2023). A partir dessa atuação, o FNDE garante que os recursos sejam corretamente alocados e utilizados em conformidade com as diretrizes educacionais estabelecidas pelo governo federal, promovendo o desenvolvimento contínuo do setor.

O gerenciamento dos fundos destinados à educação básica pelo FNDE é estruturado em um sistema que busca a eficiência na aplicação dos recursos públicos. O órgão adota um modelo de transferência automática dos recursos para os estados, Distrito Federal e municípios, sem a necessidade de convênios ou outros instrumentos burocráticos. Essa transferência é feita de acordo com critérios estabelecidos pela legislação, como o número de matrículas apuradas no Censo Escolar e as especificidades de cada programa (FNDE, 2023). Ao gerenciar esses fundos, o FNDE se responsabiliza não apenas pela distribuição, mas também pela fiscalização do uso adequado dos recursos, o que inclui a análise das prestações de contas feitas pelos entes federados.

O processo de monitoramento desempenhado pelo FNDE é fundamental para garantir a transparência e a correta utilização dos recursos educacionais. O órgão conta com sistemas eletrônicos integrados que permitem o acompanhamento contínuo da execução financeira dos programas por parte dos estados e municípios, como o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) e o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) (FNDE, 2023). Esses sistemas auxiliam na identificação de

possíveis irregularidades e garantem que os recursos sejam aplicados em conformidade com os objetivos dos programas financiados. Conforme destaca Fossatti (2023), o FNDE tem aprimorado continuamente esses mecanismos, introduzindo novas ferramentas de controle para fortalecer a governança educacional.

A estrutura do FNDE no cenário educacional é complexa e altamente organizada, composta por diversas áreas que atuam de forma coordenada para assegurar o cumprimento de suas atribuições. No âmbito do gerenciamento dos recursos, a autarquia possui setores especializados, como a Diretoria Financeira, que é responsável por executar a transferência dos recursos, e a Diretoria de Ações Educacionais, que supervisiona a implementação dos programas de financiamento e avalia o impacto desses programas no desenvolvimento da educação básica (Digef, 2023). Além disso, o FNDE mantém uma estreita articulação com outros órgãos e entidades governamentais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que fornece os dados do Censo Escolar utilizados no cálculo da distribuição dos recursos.

Outro aspecto importante do funcionamento do FNDE é o seu papel na formação de gestores e técnicos educacionais, capacitando-os para administrar os recursos de forma eficiente e em conformidade com a legislação. Para isso, o órgão promove regularmente capacitações, seminários e workshops voltados para gestores estaduais e municipais, abordando desde aspectos técnicos da prestação de contas até a implementação de práticas inovadoras na gestão dos recursos educacionais (FNDE, 2023). Essa atuação contribui para a melhoria da capacidade de gestão dos entes federados e para o fortalecimento da educação básica em todo o país.

O impacto da gestão do FNDE no cenário educacional brasileiro é notável, uma vez que a eficiência no repasse e na fiscalização dos recursos resulta em uma melhoria significativa nas condições de ensino e na infraestrutura das escolas públicas. Programas como o FUNDEB e o PDDE, por exemplo, têm contribuído para a construção e manutenção de escolas, além de garantir o pagamento dos profissionais da educação e a aquisição de materiais didáticos essenciais para o processo de ensino-aprendizagem (FNDE, 2023). Ao gerenciar esses fundos, o FNDE desempenha um papel crucial na promoção de uma educação básica de qualidade, especialmente em regiões menos desenvolvidas do país.

Além disso, o FNDE tem sido um agente fundamental na redução das desigualdades educacionais regionais, ao assegurar que os recursos sejam redistribuídos de forma equitativa, com maior foco nas regiões e estados que possuem menor capacidade arrecadatória. O modelo de gestão da autarquia favorece uma alocação mais justa dos recursos, promovendo o princípio da equidade no acesso à educação de qualidade, como destacado por Fossatti (2023). Assim, o FNDE não apenas gerencia os fundos destinados à educação básica, mas também atua como uma peça-chave no combate às desigualdades estruturais que historicamente afetam o sistema educacional brasileiro.

O FNDE é um órgão fundamental para o sucesso das políticas educacionais no Brasil, garantindo que os recursos destinados à educação básica sejam corretamente distribuídos, aplicados e fiscalizados. Sua estrutura robusta e os sistemas de monitoramento avançados asseguram uma gestão eficiente, permitindo que os estados e municípios utilizem os recursos de forma otimizada, em prol do desenvolvimento educacional de milhões de estudantes brasileiros. A atuação do FNDE, portanto, é indispensável para a manutenção de um sistema educacional equitativo e de qualidade, promovendo o acesso universal à educação em todo o país.

## Desafios e Oportunidades do FUNDEB: Perspectivas para o Futuro do Financiamento Educacional

A implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) apresenta uma série de desafios que impactam diretamente a qualidade e a equidade da educação pública no Brasil. Entre os principais desafios está a necessidade de garantir que os recursos sejam distribuídos de forma eficiente e transparente, considerando as desigualdades regionais e a capacidade administrativa dos municípios. Embora o FUNDEB tenha um papel fundamental na equalização de oportunidades educacionais, o processo de repasse e aplicação dos recursos muitas vezes esbarra em barreiras burocráticas e falhas de gestão local (Fossatti, 2023). A ausência de uma capacitação adequada dos

gestores educacionais, aliada à complexidade do sistema de financiamento, cria lacunas que comprometem a eficácia do fundo, especialmente nas regiões mais carentes do país.

Outro desafio crítico na implementação do FUNDEB está relacionado à capacidade de fiscalização e controle da aplicação dos recursos. Apesar dos avanços em termos de transparência, com a introdução de sistemas de monitoramento eletrônico como o SIGPC e o SIMEC (FNDE, 2023), a fiscalização em nível local ainda enfrenta dificuldades, principalmente nas áreas rurais e em municípios de pequeno porte, que muitas vezes carecem de infraestrutura administrativa adequada para gerir os recursos de forma eficaz. Como apontam Ferreira, Alves e Mello (2019), a descentralização dos recursos do FUNDEB requer uma maior articulação entre os entes federados para garantir que as verbas cheguem de maneira efetiva às escolas que mais precisam.

Por outro lado, o FUNDEB também oferece inúmeras oportunidades de melhorias no sistema de financiamento educacional. A Emenda Constitucional nº 108, de 2020, trouxe avanços importantes ao tornar o fundo permanente e aumentar a complementação da União, especialmente para os estados mais pobres (Fossatti, 2023). Isso representa uma oportunidade significativa para promover uma distribuição mais equitativa dos recursos e, conseqüentemente, reduzir as disparidades educacionais no Brasil. Além disso, a reforma do FUNDEB introduziu mecanismos que vinculam a distribuição dos recursos ao cumprimento de metas de qualidade educacional, o que pode incentivar a melhoria do desempenho das redes de ensino.

Entre as oportunidades de melhoria, destaca-se a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de controle social, fortalecendo o papel dos conselhos do FUNDEB e ampliando a participação da sociedade civil no monitoramento da aplicação dos recursos (FNDE, 2023). O envolvimento da comunidade escolar na fiscalização dos recursos pode contribuir para uma maior transparência e eficiência no uso das verbas. Além disso, a expansão do uso de tecnologias digitais no processo de prestação de contas e monitoramento, com sistemas mais acessíveis e intuitivos, pode facilitar o acompanhamento e reduzir os riscos de má gestão.

# Contribuição do FUNDEB/FNDE para a Redução das Desigualdades Educacionais

A contribuição do FUNDEB para a redução das desigualdades educacionais no Brasil é inegável. Desde sua criação, o fundo tem desempenhado um papel crucial na redistribuição dos recursos, promovendo uma educação mais equitativa em todo o território nacional. O principal mecanismo de equidade do FUNDEB é a complementação da União, que direciona recursos adicionais para os estados e municípios com menor capacidade de arrecadação, permitindo que as redes de ensino mais pobres possam oferecer condições mínimas para o desenvolvimento educacional (Fossatti, 2023). Essa redistribuição é essencial para garantir que estudantes de regiões menos favorecidas tenham acesso a uma educação de qualidade, mesmo em locais onde a arrecadação tributária é limitada.

O impacto do FUNDEB na redução das disparidades regionais é evidente quando se analisa a aplicação dos recursos em estados historicamente marginalizados, como os das regiões Norte e Nordeste. Nesses locais, onde os indicadores de desenvolvimento humano são mais baixos, o FUNDEB tem possibilitado a construção de escolas, a contratação de professores e a manutenção de programas educacionais essenciais para a inclusão social e educacional (FNDE, 2023). Ferreira, Alves e Mello (2019) destacam que, sem o suporte financeiro garantido pelo FUNDEB, muitos municípios dessas regiões não conseguiriam arcar com os custos básicos da educação, o que agravaria ainda mais as desigualdades educacionais.

Além de contribuir para a redução das disparidades regionais, o FUNDEB também desempenha um papel fundamental na promoção da equidade social dentro das redes de ensino. O fundo permite que os recursos sejam direcionados para as escolas mais vulneráveis, garantindo que estudantes de classes sociais mais baixas tenham acesso a uma infraestrutura escolar adequada, materiais didáticos e alimentação escolar (FNDE, 2023). A distribuição dos recursos com base no número de matrículas e no Censo Escolar garante que as regiões com maior demanda, mas com menos capacidade de arrecadação,

recebam uma parcela maior dos fundos, assegurando que todos os alunos tenham condições mínimas para o aprendizado.

A contribuição do FNDE, como órgão executor do FUNDEB, é igualmente importante para a redução das desigualdades educacionais. O FNDE não apenas gerencia a distribuição dos recursos, mas também implementa programas complementares, como o PNAE e o PNLD, que são essenciais para garantir a permanência dos estudantes nas escolas e o acesso a uma educação de qualidade (FNDE, 2023). Além disso, o FNDE é responsável pela capacitação dos gestores educacionais e pela fiscalização do uso dos recursos, o que garante que as verbas sejam aplicadas de maneira eficiente e transparente.

O FUNDEB e o FNDE têm uma contribuição significativa para a redução das desigualdades educacionais no Brasil, atuando de forma articulada para promover uma distribuição mais justa dos recursos e garantir que todos os estudantes, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenham acesso a uma educação pública de qualidade. O desafio, no entanto, permanece em assegurar que os mecanismos de controle e gestão continuem a ser aprimorados, permitindo que os recursos cheguem de forma efetiva às escolas que mais necessitam.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é uma das principais fontes de financiamento da educação pública no Brasil, e sua estrutura de arrecadação e distribuição de recursos tem sido constantemente aprimorada para atender às demandas educacionais em um país de grandes disparidades regionais. Nos últimos anos, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 108, de 2020, que tornou o FUNDEB permanente e ampliou a participação da União no fundo, os dados sobre arrecadação e distribuição refletem um aumento substancial nos recursos destinados à educação básica, garantindo maior equidade na distribuição de verbas entre estados e municípios (FNDE, 2023).

Os dados recentes sobre o FUNDEB indicam que, em 2023, a arrecadação total do fundo ultrapassou R\$ 235 bilhões, dos quais cerca de R\$ 28 bilhões foram aportes da União, representando 23% da complementação federal, conforme estipulado pela

legislação atual (Fossatti, 2023). Esse aumento significativo no aporte da União, que antes era de apenas 10%, tem proporcionado uma redistribuição mais justa dos recursos, beneficiando especialmente os estados e municípios com menor capacidade arrecadatória. As regiões Norte e Nordeste, tradicionalmente as mais carentes em termos de financiamento educacional, foram as principais beneficiárias dessa redistribuição, recebendo uma parcela maior dos recursos para compensar suas limitações financeiras (FNDE, 2023).

Além da arrecadação, a distribuição dos recursos do FUNDEB segue critérios específicos, como o número de matrículas e o valor anual por aluno, ajustado de acordo com as diferenças regionais e o custo da educação em cada localidade. Em 2023, o valor mínimo por aluno foi estabelecido em cerca de R\$ 5.100, um aumento em relação aos anos anteriores, e a previsão é que esse valor continue a subir nos próximos anos, à medida que novos aportes da União forem incorporados (FNDE, 2023). A complementação da União é direcionada principalmente para os estados que não atingem o valor mínimo de referência, e a tendência é que essa política se fortaleça nos próximos anos, consolidando o FUNDEB como um instrumento de redução das desigualdades educacionais.

As perspectivas para o FUNDEB nos próximos anos são promissoras, mas também apresentam desafios. Com a projeção de crescimento contínuo na arrecadação de impostos estaduais e municipais, e o aumento progressivo da complementação da União, espera-se que o fundo continue a expandir sua capacidade de financiamento (FNDE, 2023). No entanto, a gestão desses recursos ainda enfrenta obstáculos, como a necessidade de maior capacitação dos gestores municipais e estaduais para a correta aplicação e prestação de contas dos valores recebidos. De acordo com Fossatti (2023), um dos principais desafios será garantir que os avanços no financiamento sejam acompanhados por melhorias na gestão educacional e na qualidade do ensino, especialmente em regiões mais vulneráveis.

Outro ponto importante é a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle e fiscalização dos recursos, garantindo que o aumento nos repasses se traduza em melhorias concretas na infraestrutura escolar e no desempenho dos estudantes. O FNDE tem investido em sistemas de monitoramento e transparência, como o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), que permite o acompanhamento detalhado da

aplicação dos recursos pelos estados e municípios (FNDE, 2023). No entanto, a fiscalização em áreas remotas e de difícil acesso continua sendo um desafio, e esforços adicionais serão necessários para garantir que os recursos cheguem às escolas de forma eficiente.

As projeções para o futuro do FUNDEB também incluem discussões sobre a vinculação dos recursos a metas de desempenho educacional. A Emenda Constitucional nº 108 estabeleceu que parte dos recursos do fundo deve ser destinada ao cumprimento de indicadores de qualidade, o que pode incentivar estados e municípios a investir de forma mais estratégica na educação (FNDE, 2023). Essa política de vinculação representa uma oportunidade para melhorar a eficiência do sistema educacional brasileiro, garantindo que os investimentos não se limitem apenas à expansão da infraestrutura, mas também à melhoria dos resultados educacionais.

Os dados atuais sobre o FUNDEB e o FNDE demonstram um crescimento substancial na arrecadação e distribuição de recursos, com impactos positivos sobre a equidade educacional em todo o país. As perspectivas para os próximos anos são otimistas, com um aumento progressivo na participação da União e a consolidação de políticas que buscam vincular os investimentos a metas de desempenho. No entanto, o sucesso desse modelo dependerá da capacidade de estados e municípios em gerir eficientemente os recursos, garantindo que os avanços financeiros se traduzam em uma educação de qualidade para todos.

# PNAE (PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas públicas mais antigas e consolidadas no Brasil, tendo suas raízes na década de 1950. O PNAE foi oficialmente instituído em 1954, como resposta às demandas por uma política nacional que assegurasse o fornecimento de alimentação adequada aos estudantes da rede pública de ensino (FNDE, 2023). Ao longo das décadas, o programa evoluiu significativamente, passando por diversas reformas e adaptações para atender às novas realidades e demandas educacionais e nutricionais do país. Inicialmente focado em atender às necessidades nutricionais básicas dos alunos, o PNAE expandiu seu escopo para incluir a promoção de hábitos alimentares saudáveis, respeitando as especificidades regionais e culturais.

Durante os primeiros anos de sua implementação, o PNAE foi restrito a algumas regiões e oferecia alimentos de forma esporádica, dependendo dos recursos disponíveis. Entretanto, com o passar do tempo e com o reconhecimento de sua importância no combate à fome e à desnutrição entre estudantes, o programa passou a ter uma cobertura nacional, beneficiando estudantes de todos os estados. A década de 1990 marcou uma fase de modernização do PNAE, especialmente com a descentralização da sua gestão, permitindo que estados e municípios passassem a ter maior autonomia na execução do programa. Esse processo de descentralização foi formalizado pela Lei nº 11.947, de 2009, que conferiu ao PNAE um caráter mais robusto e permanente, instituindo novos mecanismos de financiamento e fiscalização (Ferreira, Alves e Mello, 2019).

Os objetivos centrais do PNAE estão fortemente ligados à promoção de uma alimentação saudável nas escolas públicas, com vistas a garantir o crescimento e o desenvol-

vimento biopsicossocial dos alunos, além de contribuir para a melhoria do rendimento escolar (FNDE, 2023). Ao fornecer refeições balanceadas e nutritivas, o programa busca não apenas atender às necessidades imediatas de alimentação, mas também promover hábitos alimentares saudáveis que possam ser levados para a vida adulta. Nesse sentido, o PNAE se baseia em diretrizes que orientam a compra de alimentos in natura, preferencialmente provenientes da agricultura familiar local, o que também incentiva a economia regional e a sustentabilidade (Nero, Garcia e Almassy, 2022).

Um dos principais objetivos do PNAE é garantir que todos os alunos matriculados nas redes públicas de ensino recebam refeições que cubram, pelo menos, parte das suas necessidades nutricionais diárias durante o período em que estão na escola. De acordo com a legislação vigente, o programa deve fornecer refeições que atendam de 20% a 70% das necessidades nutricionais diárias dos estudantes, variando de acordo com o tempo que o aluno permanece na escola. Para isso, o PNAE é gerido de forma descentralizada, com recursos financeiros federais sendo repassados diretamente para estados e municípios, que são responsáveis por executar o programa conforme as orientações nutricionais e sanitárias estabelecidas (FNDE, 2023).

A promoção da alimentação saudável no contexto escolar vai além do simples fornecimento de alimentos. O PNAE tem um papel educacional, inserindo a temática da alimentação saudável no currículo das escolas e promovendo ações de educação nutricional, que incentivam os alunos a adotarem hábitos alimentares mais conscientes e equilibrados. Essas ações são fundamentais para o combate à obesidade infantil e às doenças crônicas relacionadas à alimentação, que têm apresentado um aumento preocupante entre as crianças e adolescentes brasileiros (Silva *et al.*, 2020).

Além disso, o PNAE também tem se adaptado às mudanças no perfil epidemiológico da população, incluindo a necessidade de atender alunos com restrições alimentares específicas, como intolerâncias e alergias. A legislação do programa prevê a possibilidade de adaptação das refeições para garantir que todos os alunos possam se beneficiar de uma alimentação adequada, respeitando suas necessidades nutricionais particulares. Esse aspecto inclusivo do PNAE reforça seu papel como uma política pública essencial para a promoção da equidade social e educacional (Nero, Garcia e Almassy, 2022).

O PNAE é um programa que, ao longo de suas décadas de existência, passou por uma série de transformações e melhorias, consolidando-se como uma política pública essencial para a promoção da alimentação saudável nas escolas públicas do Brasil. Seus objetivos vão além da simples oferta de refeições, integrando ações de educação nutricional e promovendo o desenvolvimento sustentável ao incentivar a compra de alimentos da agricultura familiar. O impacto positivo do PNAE é amplamente reconhecido, e o programa continua sendo uma ferramenta crucial para a promoção da saúde e do bem-estar dos estudantes, contribuindo diretamente para a melhoria do desempenho escolar e a redução das desigualdades educacionais no país.

## Funcionamento do PNAE: Estrutura e Execução nas Escolas Brasileiras

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é estruturado de maneira descentralizada, permitindo que estados e municípios tenham autonomia para executar o programa conforme as diretrizes estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A descentralização facilita a adaptação das necessidades alimentares dos alunos às realidades regionais, garantindo que o fornecimento de alimentos seja realizado de forma eficiente em todo o país (FNDE, 2023). O PNAE opera com base em recursos federais que são repassados diretamente às Secretarias de Educação, as quais, por sua vez, têm a responsabilidade de gerenciar e supervisionar a aplicação desses recursos nas escolas.

A execução do PNAE nas escolas brasileiras envolve a organização de cardápios que atendem às necessidades nutricionais dos alunos, considerando fatores como idade, tempo de permanência na escola e eventuais restrições alimentares. Esses cardápios são elaborados por nutricionistas, que atuam dentro das secretarias de educação, com base nas diretrizes nutricionais e sanitárias estabelecidas pelo FNDE (Nero, Garcia e Almassy, 2022). Os cardápios devem incluir alimentos frescos, preferencialmente provenientes da agricultura familiar, e evitar produtos ultraprocessados, garantindo uma alimentação saudável e nutritiva para os estudantes.

O processo de seleção de fornecedores de alimentos para o PNAE segue critérios rigorosos que visam garantir a qualidade dos produtos oferecidos, bem como a promoção do desenvolvimento local. A Lei nº 11.947/2009 estabeleceu que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo programa devem ser utilizados na compra de alimentos da agricultura familiar, com prioridade para os pequenos produtores e cooperativas locais (Ferreira, Alves e Mello, 2019). Esse critério fortalece a economia regional e incentiva a sustentabilidade, ao mesmo tempo que promove a diversidade de alimentos oferecidos nas escolas. Além disso, a seleção de fornecedores deve respeitar as normas de segurança alimentar e qualidade dos produtos, com processos de controle sanitário rigorosos para garantir que os alimentos cheguem às escolas em condições adequadas de consumo (FNDE, 2023).

A distribuição dos alimentos nas escolas é realizada de acordo com o planejamento logístico elaborado pelas secretarias de educação, em parceria com os gestores escolares e nutricionistas. A quantidade de alimentos fornecidos é baseada no número de alunos matriculados e no tempo de permanência de cada um na escola. A oferta de refeições pode variar de um lanche a três refeições diárias, dependendo da modalidade de ensino e da carga horária dos estudantes (Nero, Garcia e Almassy, 2022). O PNAE, portanto, atua de forma articulada com as escolas e as comunidades locais, assegurando que os alimentos sejam distribuídos de forma equitativa e em tempo hábil.

## Impacto do PNAE na Saúde Escolar: Benefícios para o Corpo e a Mente

O impacto do PNAE na saúde dos estudantes é um dos aspectos mais significativos do programa, uma vez que ele não apenas combate a fome, mas também promove a saúde física e mental dos alunos. Ao oferecer refeições balanceadas, o PNAE contribui diretamente para o desenvolvimento físico dos estudantes, assegurando que eles recebam os nutrientes necessários para o crescimento saudável (FNDE, 2023). Estudos indicam que uma alimentação adequada durante a infância e a adolescência é essencial para prevenir doenças crônicas, como obesidade, diabetes e hipertensão, que têm apresentado um crescimento alarmante entre a população jovem (Silva *et al.*, 2020). O PNAE, ao fornecer

refeições que seguem rigorosas diretrizes nutricionais, contribui para a prevenção desses problemas de saúde e incentiva a formação de hábitos alimentares saudáveis desde cedo.

Além dos benefícios físicos, o PNAE também tem um impacto positivo na saúde mental dos alunos. A alimentação adequada está diretamente relacionada ao bem-estar psicológico e ao desempenho cognitivo. Estudos demonstram que crianças que têm acesso a uma alimentação equilibrada apresentam melhores resultados em testes de memória, concentração e raciocínio lógico, o que reflete diretamente no desempenho acadêmico (Ferreira, Alves e Mello, 2019). O fornecimento regular de refeições nas escolas também combate a insegurança alimentar, um problema que afeta milhões de crianças no Brasil, particularmente em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica. Ao garantir que esses alunos tenham acesso a pelo menos uma refeição balanceada por dia, o PNAE contribui para a melhoria de seu estado emocional e psicológico, favorecendo um ambiente de aprendizagem mais produtivo.

A importância de uma alimentação equilibrada para o desempenho escolar não pode ser subestimada. Crianças que não se alimentam adequadamente tendem a apresentar maior dificuldade de concentração, cansaço e, em casos mais graves, desnutrição, o que compromete sua capacidade de aprendizado (Nero, Garcia e Almassy, 2022). O PNAE, ao garantir a oferta de refeições nutritivas, promove melhores condições de aprendizado, contribuindo para a redução das taxas de evasão e repetência escolar, que estão frequentemente associadas a fatores socioeconômicos, como a falta de alimentação adequada. Em escolas de tempo integral, onde os alunos permanecem por um período mais longo, o PNAE assume um papel ainda mais relevante, ao fornecer refeições que atendem até 70% das necessidades nutricionais diárias dos estudantes (FNDE, 2023).

Outro impacto positivo do PNAE está relacionado à educação alimentar e nutricional dos alunos. O programa não se limita ao fornecimento de alimentos, mas também busca educar os estudantes sobre a importância de uma dieta saudável e equilibrada, introduzindo conceitos de alimentação consciente e sustentável (Silva *et al.*, 2020). Essas atividades pedagógicas, integradas ao currículo escolar, promovem mudanças de comportamento alimentar tanto nos alunos quanto em suas famílias, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes sobre a importância da nutrição para a saúde e o bem-estar.

O PNAE desempenha um papel crucial na promoção da saúde física e mental dos estudantes brasileiros, ao garantir que eles tenham acesso a uma alimentação equilibrada e nutritiva durante o período escolar. Além de combater a fome e a desnutrição, o programa contribui para o desenvolvimento cognitivo e o bem-estar emocional dos alunos, favorecendo um ambiente de aprendizado mais saudável e inclusivo. A estrutura e a execução do PNAE nas escolas, com ênfase na seleção criteriosa de fornecedores e na distribuição equitativa dos alimentos, são essenciais para o sucesso do programa, que continua a ser um pilar fundamental da política educacional e de saúde pública no Brasil.

## Desafios do PNAE: Problemas na Implementação do Programa

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) enfrenta desafios significativos em sua implementação, principalmente relacionados à logística, qualidade dos alimentos e gestão dos recursos. A logística de distribuição dos alimentos é um dos maiores obstáculos, especialmente em regiões mais remotas do Brasil, como áreas rurais e comunidades ribeirinhas na Amazônia. A dificuldade de acesso a essas regiões torna a entrega dos alimentos mais lenta e dispendiosa, comprometendo a regularidade da oferta e a frescura dos produtos. Além disso, a falta de infraestrutura adequada em algumas escolas, como cozinhas e armazenamento refrigerado, agrava o problema, dificultando a preservação e o preparo adequado dos alimentos (FNDE, 2023).

Outro desafio crítico é garantir a qualidade dos alimentos adquiridos pelo programa. Embora a legislação exija que pelo menos 30% dos alimentos sejam provenientes da agricultura familiar, garantir que esses produtos atendam aos padrões de qualidade nem sempre é simples. A ausência de uma cadeia de distribuição eficiente e o controle sanitário inadequado em algumas regiões podem comprometer a segurança alimentar nas escolas (Da Silva *et al.*, 2020). Além disso, o processo de aquisição dos alimentos, que envolve licitações públicas, às vezes favorece fornecedores que não oferecem a melhor qualidade, o que pode impactar negativamente a nutrição dos estudantes.

A gestão dos recursos também representa um desafio, especialmente nos municípios menores, onde a capacitação dos gestores locais é limitada. A falta de planejamento adequado e a insuficiência de mecanismos de monitoramento e controle social contribuem para a má utilização dos recursos e, em alguns casos, para desvios que comprometem a execução do programa (Nero, Garcia e Almassy, 2022). Esse cenário exige uma maior capacitação dos gestores públicos e o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e transparência.

## PNAE e Sustentabilidade: Promoção da Agricultura Sustentável e Educação Alimentar

O PNAE tem se destacado pelo seu papel na promoção da sustentabilidade, especialmente por meio de suas parcerias com produtores locais. A Lei nº 11.947/2009, que rege o programa, estabelece que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo PNAE devem ser utilizados na compra de alimentos provenientes da agricultura familiar. Essa política não apenas contribui para a inclusão social e o fortalecimento da economia local, mas também promove uma agricultura sustentável, que respeita as particularidades regionais e culturais (Ferreira, Alves e Mello, 2019). Ao incentivar a compra de alimentos diretamente de pequenos produtores, o PNAE cria uma rede de apoio à produção agrícola de baixo impacto ambiental, reduzindo a dependência de grandes fornecedores e diminuindo a pegada de carbono associada ao transporte de alimentos.

Além de estimular a agricultura sustentável, o PNAE desempenha um papel crucial na promoção da educação alimentar nas escolas. A educação nutricional é integrada ao programa por meio de atividades pedagógicas que visam conscientizar os alunos sobre a importância de uma alimentação saudável e equilibrada. Essas ações incluem aulas sobre a origem dos alimentos, a importância de consumir produtos frescos e locais, e os benefícios de uma dieta diversificada e nutritiva (FNDE, 2023). Ao promover esses conceitos desde cedo, o PNAE busca transformar a relação dos estudantes com a comida, incentivando hábitos alimentares saudáveis que podem perdurar por toda a vida.

A educação alimentar proporcionada pelo PNAE também tem um impacto positivo na conscientização sobre o desperdício de alimentos e a sustentabilidade ambiental. As escolas que aderem ao programa frequentemente desenvolvem projetos que incentivam os alunos a evitar o desperdício, mostrando como o reaproveitamento de alimentos e a compostagem podem contribuir para um ambiente mais sustentável (Da Silva *et al.*, 2020). Dessa forma, o PNAE não apenas alimenta as crianças, mas também as educa sobre a responsabilidade ambiental e o consumo consciente.

## Dados Atuais sobre o PNAE: Alcance e Impactos nas Comunidades Escolares

De acordo com dados recentes do FNDE, o PNAE atende atualmente cerca de 40 milhões de estudantes em todo o território nacional, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio. Em 2023, o orçamento total do programa foi de aproximadamente R\$ 4 bilhões, com os recursos sendo distribuídos para todos os estados e municípios do país (FNDE, 2023). Esses números refletem a amplitude do PNAE e sua importância como política pública de combate à fome e à desnutrição, especialmente entre as populações mais vulneráveis.

A análise dos impactos do PNAE nas comunidades escolares revela resultados positivos tanto em termos de saúde quanto de desempenho acadêmico. Pesquisas mostram que os alunos que participam do programa têm maior probabilidade de apresentar melhores indicadores de saúde, como menor prevalência de desnutrição e doenças relacionadas à má alimentação, como obesidade infantil (Ferreira, Alves e Mello, 2019). Além disso, o fornecimento de refeições regulares e nutritivas tem sido associado à melhoria no desempenho escolar, com alunos mais atentos, participativos e com menores taxas de evasão.

Em termos sociais, o PNAE também tem um impacto significativo, pois ajuda a mitigar a insegurança alimentar entre as famílias de baixa renda, que muitas vezes dependem das refeições escolares para garantir a nutrição de seus filhos (FNDE, 2023). Em muitas

comunidades, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, o PNAE é a principal fonte de alimentação para os alunos, o que destaca sua importância não apenas como um programa educacional, mas também como uma política de proteção social.

Apesar dos desafios enfrentados, o PNAE continua a ser um modelo de política pública que alia alimentação, educação e sustentabilidade. O programa tem se adaptado às novas realidades e demandas, buscando sempre melhorar a qualidade dos alimentos fornecidos e ampliar seu impacto nas comunidades escolares. Com a contínua evolução das práticas de gestão e o fortalecimento das parcerias com a agricultura familiar, o PNAE tem o potencial de se consolidar ainda mais como uma política central para a promoção da equidade social e do desenvolvimento sustentável no Brasil.

# PNATE (PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR)

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) foi criado em 2004 pela Lei nº 10.880, com o objetivo de garantir o acesso de estudantes da educação básica pública residentes em áreas rurais ao sistema educacional brasileiro. Desde sua criação, o PNATE tem desempenhado um papel crucial na redução das desigualdades de acesso à educação, especialmente em regiões de difícil acesso e com infraestrutura precária. A motivação central por trás do programa foi atender à necessidade de transporte adequado para alunos que, sem o auxílio governamental, estariam em situação de vulnerabilidade, correndo o risco de abandono escolar devido à falta de meios de deslocamento para as escolas (FNDE, 2023).

A introdução do PNATE como política pública foi uma resposta às dificuldades enfrentadas por milhares de estudantes em todo o Brasil, especialmente nas regiões mais remotas e rurais, onde a distância entre as residências e as instituições de ensino é um dos principais fatores de evasão escolar. A criação do programa visou não apenas garantir que os alunos tivessem acesso às escolas, mas também proporcionar segurança no transporte, uma vez que muitos estudantes, antes da implementação do PNATE, eram obrigados a percorrer longas distâncias a pé ou em meios de transporte improvisados e inseguros (FNDE, 2023).

O PNATE tem como principal objetivo promover o acesso universal à educação, eliminando as barreiras geográficas que historicamente impediam a frequência regular dos estudantes às aulas. O programa é direcionado, prioritariamente, para alunos da educação básica pública que residem em áreas rurais e não possuem acesso fácil a transporte público

ou escolar. Assim, o PNATE busca assegurar que esses alunos, independentemente de sua localização geográfica ou das condições socioeconômicas de suas famílias, possam frequentar a escola de maneira regular e segura (Costa e Mineiro, 2023).

O programa é financiado pelo governo federal, que repassa recursos diretamente aos estados, Distrito Federal e municípios, de forma automática, sem necessidade de convênios específicos. Esses recursos são utilizados para custear a manutenção dos veículos de transporte escolar, a compra de combustível, o pagamento de motoristas e outras despesas relacionadas ao transporte dos estudantes (FNDE, 2023). A implementação do PNATE é realizada de forma descentralizada, permitindo que os entes federados adaptem a execução do programa às suas realidades locais e às particularidades geográficas e logísticas de cada região.

Ao longo dos anos, o PNATE tem contribuído significativamente para a redução das taxas de evasão escolar e para a melhoria do desempenho acadêmico em áreas rurais. O programa assegura que os estudantes não apenas tenham acesso à escola, mas que o façam de maneira regular, o que é fundamental para a continuidade dos estudos e para o desenvolvimento de uma trajetória educacional de sucesso (Carvalho *et al.*, 2020). O transporte seguro e regular também reduz o tempo de deslocamento dos alunos, permitindo que eles cheguem à escola em condições físicas e psicológicas adequadas para o aprendizado.

Além de garantir o direito à educação, o PNATE desempenha um papel importante na promoção da equidade educacional. Ao eliminar as barreiras de acesso causadas pela distância e pela falta de infraestrutura, o programa contribui para a inclusão de estudantes que, de outra forma, estariam à margem do sistema educacional. Dessa forma, o PNATE não apenas assegura o acesso físico à escola, mas também promove a inclusão social e o desenvolvimento educacional de milhares de crianças e jovens em todo o país (Costa e Mineiro, 2023).

O PNATE é uma política pública essencial para a promoção da educação universal no Brasil. Sua criação em 2004 marcou um avanço significativo na luta contra as desigualdades

educacionais, especialmente em regiões rurais e remotas. Ao garantir o transporte seguro e regular dos alunos, o PNATE não apenas facilita o acesso à educação, mas também contribui para a permanência e o sucesso dos estudantes no sistema educacional.

## Gestão e Financiamento do PNATE: Mecanismos de Administração e Execução

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) é financiado pelo governo federal por meio de recursos repassados anualmente aos estados, Distrito Federal e municípios. A estrutura de financiamento do programa é baseada em critérios que levam em consideração o número de alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais, de acordo com os dados coletados pelo Censo Escolar. Esses recursos são transferidos de forma automática, sem necessidade de convênios ou contratos específicos, garantindo maior agilidade e eficiência no repasse financeiro (FNDE, 2023). A execução do PNATE ocorre de forma descentralizada, o que permite uma adaptação às especificidades regionais, especialmente em áreas com condições geográficas e infraestruturais mais complexas.

Os recursos do PNATE são destinados ao custeio de despesas relacionadas ao transporte escolar, como a manutenção dos veículos, compra de combustível, contratação de motoristas e, em alguns casos, a aquisição de novos veículos (FNDE, 2023). No entanto, a administração e o controle do programa são responsabilidade dos governos estaduais e municipais. Estes têm a obrigação de aplicar os recursos conforme as diretrizes estabelecidas pelo FNDE, garantindo a prestação de contas e a transparência no uso dos fundos. Embora o financiamento seja centralizado pelo governo federal, a gestão efetiva do transporte escolar depende da atuação coordenada entre os governos locais e as secretarias de educação.

Os estados e municípios desempenham um papel central na execução do PNATE, sendo responsáveis por organizar e operacionalizar o transporte escolar em suas respectivas

regiões. Os governos estaduais e municipais devem realizar a gestão logística, definindo as rotas de transporte, contratando ou gerenciando as empresas responsáveis pelo serviço e assegurando que os veículos estejam em conformidade com os padrões de segurança exigidos. Além disso, cabe a esses entes federativos garantir que os motoristas sejam qualificados e que os veículos sejam mantidos em condições adequadas de operação (Costa e Mineiro, 2023). O envolvimento ativo dos governos locais é essencial para o sucesso do programa, uma vez que as particularidades regionais, como estradas não pavimentadas e distâncias longas, exigem soluções personalizadas.

## Infraestrutura e Desafios Operacionais: Garantindo a Qualidade e Segurança do Transporte Escolar

A qualidade do transporte escolar oferecido pelo PNATE depende diretamente da infraestrutura disponível nas regiões atendidas. Para garantir a segurança e a eficiência no transporte dos estudantes, é necessário que as escolas e os municípios disponham de veículos adequados, rotas planejadas e sistemas de controle que assegurem a pontualidade e a segurança dos alunos. A infraestrutura ideal para o transporte escolar envolve não apenas a disponibilidade de ônibus e veículos escolares em bom estado, mas também a existência de estradas seguras e bem conservadas, algo que muitas regiões rurais do Brasil ainda não possuem (Carvalho *et al.*, 2020). Esse fator se torna especialmente crítico nas áreas mais remotas, onde a falta de pavimentação e a dificuldade de acesso podem aumentar o tempo de deslocamento e comprometer a segurança dos alunos.

Os desafios logísticos enfrentados pelo PNATE são consideráveis, e a sua implementação eficiente requer soluções inovadoras e adaptações constantes. Um dos principais desafios é a definição de rotas que minimizem o tempo de viagem dos estudantes, considerando que muitos deles precisam percorrer grandes distâncias até chegar às escolas. Em áreas rurais, onde a densidade populacional é baixa, a criação de rotas viáveis pode ser difícil, exigindo uma otimização cuidadosa do uso dos veículos (FNDE, 2023). Além disso,

a manutenção das estradas é outro desafio significativo, especialmente durante o período de chuvas, quando muitas vias rurais se tornam intransitáveis, forçando a interrupção do transporte escolar e comprometendo a frequência dos estudantes nas aulas.

A segurança no transporte escolar é uma prioridade do PNATE, mas também apresenta obstáculos consideráveis. A segurança dos veículos e a qualificação dos motoristas são aspectos fundamentais que afetam diretamente a qualidade do serviço oferecido. É essencial que os veículos utilizados sejam regularmente inspecionados e atendam às normas de segurança, incluindo cintos de segurança, assentos adequados e sistemas de controle de velocidade. Além disso, a capacitação dos motoristas é crucial para garantir que eles possuam as habilidades necessárias para conduzir de maneira segura em estradas rurais muitas vezes precárias (Costa e Mineiro, 2023). No entanto, a falta de recursos e a dificuldade em encontrar profissionais qualificados em determinadas regiões dificultam o cumprimento rigoroso dessas exigências.

Outro desafio significativo é a sustentabilidade do transporte escolar, que depende da manutenção regular dos veículos e do controle eficiente dos custos operacionais, como combustível e manutenção. A gestão de frotas em áreas remotas, onde o acesso a oficinas mecânicas e postos de combustível é limitado, pode aumentar os custos e dificultar a continuidade do serviço, especialmente em tempos de crises econômicas ou de aumentos no preço dos combustíveis (FNDE, 2023). Assim, garantir que os recursos do PNATE sejam utilizados de forma eficiente e sustentável é fundamental para a longevidade do programa e para a continuidade do acesso à educação para os alunos em áreas rurais.

O PNATE desempenha um papel fundamental ao assegurar que os estudantes de áreas rurais e remotas tenham acesso regular à escola. Contudo, sua implementação eficaz depende de uma infraestrutura robusta e da resolução de desafios operacionais significativos, como a definição de rotas adequadas, a manutenção das estradas e a segurança dos veículos. A colaboração entre o governo federal, estadual e municipal é crucial para superar esses desafios e garantir que o transporte escolar continue sendo um elemento vital para a inclusão educacional de todos os estudantes brasileiros.

# Impactos do PNATE no Acesso à Educação: Promovendo Inclusão Escolar em Áreas Rurais

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) tem desempenhado um papel fundamental na inclusão escolar, especialmente em áreas rurais e remotas do Brasil, onde as distâncias entre as residências dos alunos e as escolas são consideráveis e a infraestrutura de transporte público é inexistente ou insuficiente. Ao garantir o transporte gratuito e seguro, o PNATE contribui diretamente para a redução das taxas de evasão escolar e para a permanência dos alunos nas instituições de ensino. A importância do programa é destacada pela sua capacidade de garantir que estudantes que, de outra forma, não teriam condições de frequentar a escola, possam ter acesso regular às aulas, independentemente das condições geográficas e socioeconômicas de suas famílias (FNDE, 2023).

O impacto do PNATE é particularmente visível nas regiões rurais, onde a necessidade de deslocamento diário para a escola representa uma barreira significativa ao acesso à educação. Sem o apoio do programa, muitos alunos seriam forçados a caminhar longas distâncias ou depender de transportes informais e inseguros, o que aumenta o risco de abandono escolar. Segundo estudos, o PNATE tem contribuído para aumentar as taxas de matrícula e reduzir a evasão escolar em regiões remotas, onde as famílias enfrentam maiores dificuldades econômicas e onde o transporte escolar se torna uma ferramenta indispensável para garantir a frequência dos estudantes (Carvalho *et al.*, 2020). Além disso, o programa tem um impacto direto na igualdade de oportunidades, uma vez que proporciona aos alunos de áreas rurais o mesmo direito ao acesso à educação que os estudantes em áreas urbanas, ajudando a nivelar as disparidades regionais.

A inclusão escolar promovida pelo PNATE também afeta positivamente o desempenho acadêmico dos alunos. Estudos indicam que, ao assegurar o transporte regular, o programa contribui para uma maior assiduidade e participação nas aulas, o que se reflete em melhores resultados acadêmicos e na continuidade dos estudos (FNDE, 2023). A presença constante na escola é crucial para o desenvolvimento das habilidades cognitivas

e sociais dos alunos, e o PNATE tem desempenhado um papel vital na promoção desse acesso. Assim, o programa não só reduz as barreiras geográficas ao acesso à educação, mas também fortalece o sistema educacional ao garantir que os alunos rurais tenham uma experiência escolar mais completa e contínua.

## PNATE e a Educação Rural: Dependência do Transporte Escolar para Garantir a Frequência

A dependência do transporte escolar para garantir a frequência às aulas é uma realidade nas regiões rurais do Brasil, onde a ausência de infraestrutura adequada, como estradas pavimentadas e transporte público, torna o deslocamento para a escola uma tarefa difícil e, muitas vezes, perigosa. O PNATE é, portanto, uma política essencial para assegurar que os alunos dessas regiões tenham a oportunidade de frequentar a escola regularmente. Em muitos casos, o transporte escolar fornecido pelo programa é o único meio viável de garantir que as crianças e adolescentes possam acessar a educação, uma vez que as escolas frequentemente estão localizadas a quilômetros de distância das comunidades rurais (Costa e Mineiro, 2023).

A educação rural no Brasil é marcada por desafios únicos, como a dispersão geográfica das escolas e a dificuldade em manter a frequência regular dos alunos devido às longas distâncias e às condições precárias das estradas. O PNATE atua como um fator mitigador desses desafios, oferecendo transporte seguro e gratuito, o que facilita a inclusão de estudantes que, sem o programa, estariam em risco de abandonar os estudos. A dependência do transporte escolar é particularmente acentuada em estados das regiões Norte e Nordeste, onde as condições de infraestrutura são mais frágeis e onde os índices de pobreza são elevados (Carvalho *et al.*, 2020). Nessas áreas, a ausência do PNATE representaria uma significativa retração no número de alunos matriculados e na regularidade de sua frequência escolar.

Além de garantir a frequência escolar, o PNATE também desempenha um papel crucial no apoio ao desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais. Ao permitir que as crianças e adolescentes frequentem a escola regularmente, o programa contribui para a formação educacional e profissional das futuras gerações, o que é essencial para o desenvolvimento sustentável dessas regiões. Em longo prazo, o acesso à educação promovido pelo PNATE pode ajudar a reduzir as desigualdades regionais e melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais, oferecendo aos estudantes oportunidades de crescimento e aprendizado que de outra forma seriam inacessíveis (Costa e Mineiro, 2023).

Contudo, a dependência do transporte escolar nas regiões rurais também evidencia a necessidade de melhorias contínuas no programa. As condições das estradas, especialmente durante as estações chuvosas, representam um desafio constante para a execução eficiente do PNATE. Em muitas áreas, a falta de pavimentação e a precariedade das vias rurais dificultam ou até interrompem o transporte escolar, afetando a frequência dos alunos e comprometendo a continuidade de seu aprendizado (FNDE, 2023). Além disso, a manutenção dos veículos e a disponibilidade de motoristas qualificados são outros fatores que precisam ser constantemente monitorados para garantir a eficácia do programa.

O PNATE é uma ferramenta essencial para garantir o acesso à educação nas áreas rurais do Brasil, onde a dependência do transporte escolar é uma condição *sine qua non* para a frequência regular dos estudantes. Ao proporcionar transporte seguro e gratuito, o programa contribui para a inclusão escolar, a redução das desigualdades educacionais e o desenvolvimento das regiões rurais. No entanto, para que o PNATE continue a cumprir seu papel de forma eficaz, é necessário um compromisso contínuo com a melhoria da infraestrutura e da gestão do transporte escolar, garantindo que os alunos rurais possam contar com um acesso seguro e regular à educação.

# Dados Atuais sobre o PNATE: Abrangência e Funcionamento do Programa

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) continua sendo uma das políticas públicas mais importantes para assegurar o acesso à educação para alunos da rede pública em áreas rurais do Brasil. De acordo com dados recentes fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2023, o PNATE atendeu cerca de 4 milhões de estudantes em todo o país, especialmente em regiões de difícil acesso e com infraestrutura limitada (FNDE, 2023). O programa abrange todos os estados e municípios brasileiros, com repasses automáticos de recursos financeiros realizados diretamente pelo governo federal, sem a necessidade de convênios específicos. Esses recursos são utilizados para cobrir despesas relacionadas à operação e manutenção dos serviços de transporte escolar, como a compra de combustível, manutenção dos veículos e contratação de motoristas.

A abrangência do PNATE é determinada pelos dados fornecidos pelo Censo Escolar, que indica o número de alunos residentes em áreas rurais que precisam de transporte para acessar as escolas. Em 2023, os recursos repassados pelo programa superaram R\$ 760 milhões, o que demonstra a relevância financeira do PNATE para garantir que milhões de estudantes tenham acesso à educação básica (FNDE, 2023). A estrutura do programa é descentralizada, permitindo que estados e municípios tenham autonomia na gestão dos recursos, o que possibilita uma adaptação às particularidades geográficas e logísticas de cada localidade.

O funcionamento do PNATE depende de uma gestão eficiente e da capacidade dos governos locais em aplicar os recursos de forma adequada. Para garantir a execução correta do programa, o FNDE fornece orientações e monitoramento, por meio de sistemas como o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC), que permite aos municípios prestar contas sobre a utilização dos recursos recebidos (FNDE, 2023). Contudo, a eficácia do programa varia conforme a capacidade administrativa dos municípios, sendo necessário

um acompanhamento rigoroso para evitar problemas como desvios de recursos ou má aplicação das verbas.

## Indicadores de Eficiência e Desafios Futuros

Os indicadores de eficiência do PNATE são diretamente relacionados à sua capacidade de garantir que os alunos tenham transporte regular e seguro até as escolas, reduzindo as taxas de evasão escolar e aumentando a frequência regular às aulas. De acordo com estudos recentes, o programa tem contribuído significativamente para a melhoria desses indicadores, especialmente em regiões onde a distância e a falta de transporte representam barreiras significativas para a educação (Carvalho *et al.*, 2020). A regularidade no transporte, além de facilitar o acesso à escola, melhora o desempenho acadêmico dos alunos, uma vez que a assiduidade nas aulas é um fator crucial para o aprendizado.

Apesar dos avanços, o PNATE enfrenta desafios contínuos que precisam ser superados para garantir sua eficácia a longo prazo. Um dos principais desafios está relacionado à infraestrutura rodoviária nas áreas atendidas pelo programa. Muitas regiões rurais ainda carecem de estradas pavimentadas ou de condições adequadas para o trânsito seguro de veículos escolares, especialmente durante o período de chuvas, quando as vias podem se tornar intransitáveis (FNDE, 2023). A precariedade das estradas afeta diretamente a capacidade dos municípios de garantir o transporte escolar regular, o que, em muitos casos, resulta em interrupções frequentes no serviço e prejuízos à frequência escolar.

Outro desafio significativo é a manutenção da frota de veículos escolares. Em muitas localidades, a idade avançada dos veículos e a falta de recursos para sua manutenção adequada comprometem a segurança dos estudantes. Além disso, a dificuldade em contratar motoristas qualificados em áreas remotas é um problema recorrente, que afeta a qualidade e a regularidade do transporte oferecido (Costa e Mineiro, 2023). Para superar esses desafios, é necessário um maior investimento em infraestrutura e capacitação, além de políticas que incentivem a renovação da frota de veículos escolares, garantindo maior segurança e conforto para os alunos.

Os desafios econômicos também afetam a sustentabilidade do PNATE. O aumento dos custos com combustíveis e manutenção de veículos tem pressionado os orçamentos municipais, especialmente em tempos de restrições fiscais. Muitos municípios dependem quase exclusivamente dos recursos repassados pelo governo federal para manter o transporte escolar, o que pode criar dificuldades na execução eficiente do programa quando os custos sobem acima das previsões orçamentárias (FNDE, 2023). Portanto, garantir que o PNATE seja financeiramente sustentável a longo prazo será um dos desafios cruciais para o futuro do programa.

Em termos de perspectivas futuras, o fortalecimento da infraestrutura de transporte nas áreas rurais e a melhoria da gestão do programa nos municípios são aspectos prioritários para a continuidade do sucesso do PNATE. Investimentos em tecnologia de monitoramento e controle, como o uso de sistemas georreferenciados para otimizar as rotas e o monitoramento da frota em tempo real, podem melhorar a eficiência do programa e garantir um uso mais racional dos recursos (Carvalho *et al.*, 2020). Além disso, a capacitação contínua dos gestores municipais e a criação de incentivos para a manutenção e renovação da frota serão fundamentais para enfrentar os desafios do futuro.

O PNATE continua a ser um pilar essencial para garantir o acesso à educação em áreas rurais, mas enfrenta desafios consideráveis em termos de infraestrutura e sustentabilidade. Embora os dados recentes mostrem um impacto positivo significativo no acesso e na permanência escolar, os desafios futuros exigem investimentos estratégicos e uma gestão eficiente para que o programa possa continuar cumprindo seu papel fundamental na promoção da inclusão educacional no Brasil.

# PNLD (PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO)

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma das iniciativas mais antigas e robustas do governo brasileiro para a promoção do acesso universal à educação. Criado em 1985, o PNLD foi desenvolvido como uma resposta à necessidade de prover materiais didáticos de qualidade para os alunos da rede pública de ensino, garantindo que todos, independentemente de sua condição socioeconômica, tivessem acesso aos recursos necessários para acompanhar as aulas e realizar suas atividades escolares. Desde sua criação, o programa passou por diversas reformas e aprimoramentos, expandindo seu escopo e se consolidando como um dos pilares da política educacional brasileira (De Albuquerque e Ferreira, 2019).

A estrutura do PNLD é coordenada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é responsável pela seleção, compra e distribuição dos livros didáticos para todas as escolas públicas do país. A abrangência do programa é notável, atingindo mais de 30 milhões de estudantes em todas as etapas da educação básica, desde o ensino fundamental até o ensino médio, e, mais recentemente, abrangendo também a educação infantil e a educação de jovens e adultos (FNDE, 2023). O PNLD adota um ciclo trienal de renovação dos materiais, o que significa que, a cada três anos, os livros são substituídos por edições atualizadas, garantindo que os alunos tenham acesso a conteúdos revisados e alinhados às novas diretrizes educacionais.

O processo de seleção dos livros é rigoroso e envolve a participação de especialistas em educação, pedagogos e professores. As editoras submetem suas obras para avaliação por meio de chamadas públicas, e os livros são analisados conforme critérios técnicos,

pedagógicos e de adequação às normas curriculares vigentes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Somente os livros aprovados por esse processo podem ser distribuídos nas escolas públicas (Oliveira e Caimi, 2021). Esse procedimento garante que os materiais didáticos sejam de alta qualidade, atualizados e adequados ao contexto educacional brasileiro.

O papel do PNLD na democratização do acesso aos materiais didáticos é fundamental para garantir a equidade no sistema educacional. Ao fornecer gratuitamente os livros didáticos a todos os alunos da rede pública, o programa elimina uma das principais barreiras ao aprendizado, especialmente para as famílias de baixa renda, que não teriam condições de arcar com os custos desses materiais. Além disso, o PNLD contribui para a padronização do conteúdo ensinado em todo o país, assegurando que os alunos, independentemente de onde estejam matriculados, recebam os mesmos conteúdos e tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado (FNDE, 2023).

Outro aspecto importante do PNLD é seu impacto na inclusão educacional. O programa oferece livros adaptados para alunos com deficiências visuais e outros materiais voltados para estudantes com necessidades especiais, garantindo que todos os alunos tenham condições de acompanhar o processo de ensino. Esse enfoque inclusivo reforça o compromisso do PNLD com a promoção de uma educação equitativa e acessível a todos (De Albuquerque e Ferreira, 2019).

Em termos de distribuição, o FNDE realiza um processo logístico de grande escala para garantir que os livros cheguem a todas as escolas públicas do Brasil, desde grandes centros urbanos até as regiões mais remotas e de difícil acesso. Essa logística envolve parcerias com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, que são responsáveis por coordenar a entrega dos livros nas escolas. A eficiência desse processo é crucial para que os alunos possam iniciar o ano letivo com os materiais em mãos, e o sucesso do PNLD nesse aspecto tem sido amplamente reconhecido.

A evolução do PNLD ao longo dos anos reflete a importância do programa para o sistema educacional brasileiro. Inicialmente focado apenas no ensino fundamental, o

programa foi gradualmente expandido para abranger outras etapas da educação básica e também incluir, além dos livros didáticos, materiais de apoio ao professor, como guias pedagógicos e livros complementares que auxiliam no desenvolvimento de atividades em sala de aula (FNDE, 2023). Essa expansão contribui para o fortalecimento da qualidade do ensino, ao oferecer recursos tanto para os alunos quanto para os professores.

O PNLD desempenha um papel essencial na democratização do acesso aos materiais didáticos no Brasil. Desde sua criação, o programa tem se mostrado um elemento crucial na garantia da equidade educacional, proporcionando a milhões de estudantes a oportunidade de aprender com materiais de alta qualidade e atualizados. Além disso, o PNLD tem contribuído significativamente para a inclusão de alunos com necessidades especiais e para a padronização do ensino em todo o território nacional, consolidando-se como uma política pública indispensável para o desenvolvimento educacional do país.

## Seleção e Distribuição dos Livros Didáticos: Processos e Critérios

O processo de escolha dos livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é conduzido pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em conjunto com equipes de especialistas acadêmicos e pedagogos. Esse processo envolve várias etapas rigorosas que visam garantir que os materiais escolhidos sejam de alta qualidade, pedagógica e tecnicamente adequados às diretrizes curriculares nacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (FNDE, 2023). As editoras submetem suas obras para avaliação por meio de chamadas públicas realizadas pelo MEC, e essas obras passam por uma avaliação técnica criteriosa, com foco em sua adequação pedagógica e conformidade com os princípios de educação inclusiva, diversidade e respeito aos direitos humanos.

Os livros submetidos são avaliados por comissões compostas por especialistas em educação, que analisam aspectos como a clareza do conteúdo, a estrutura didática, o alinhamento às metas curriculares e a adequação linguística. Outro critério importante

é a coerência entre os conteúdos dos livros e os objetivos educacionais de cada nível de ensino, além de sua aplicabilidade em diferentes contextos escolares, sejam eles urbanos ou rurais (Oliveira e Caimi, 2021). Somente os livros que atendem a esses critérios são aprovados para fazer parte do catálogo do PNLD, e as escolas públicas, em todo o Brasil, podem então escolher os livros que mais se adaptam às suas necessidades locais, por meio de um sistema online.

Após a seleção dos livros, o processo de distribuição é coordenado pelo FNDE, que realiza a compra e o envio dos materiais didáticos diretamente para as escolas públicas de todo o país. A distribuição dos livros é baseada no número de matrículas de cada escola, informado pelo Censo Escolar, garantindo que todos os alunos recebam os materiais necessários para o ano letivo (FNDE, 2023). A logística de distribuição envolve uma complexa operação de transporte, muitas vezes desafiada pela geografia do Brasil, com escolas localizadas em áreas urbanas e remotas. Mesmo assim, o FNDE garante que os livros cheguem antes do início do ano letivo, minimizando atrasos que possam prejudicar o andamento das aulas.

## Impacto dos Livros Didáticos no Ensino-Aprendizagem: Contribuições para o Desenvolvimento Educacional

Os materiais fornecidos pelo PNLD têm um impacto significativo no desenvolvimento educacional dos alunos, sendo uma das principais ferramentas de apoio ao processo de ensino-aprendizagem no Brasil. O acesso universal a livros didáticos de qualidade garante que todos os estudantes da rede pública tenham os mesmos recursos para acompanhar as aulas, independentemente de suas condições socioeconômicas. Esse fator é essencial para a promoção da equidade educacional, já que elimina uma das barreiras mais comuns ao aprendizado – a falta de materiais didáticos adequados (FNDE, 2023).

A utilização de livros didáticos padronizados, alinhados às diretrizes curriculares nacionais, também contribui para a uniformidade do conteúdo ensinado nas escolas em

todo o país. Isso é particularmente importante em um país com tanta diversidade regional, cultural e socioeconômica como o Brasil. O PNLD garante que, independentemente da localização geográfica ou da rede de ensino, todos os alunos têm acesso ao mesmo nível de conhecimento e oportunidades de aprendizado (De Albuquerque e Ferreira, 2019). Isso fortalece a coesão curricular e permite que o sistema educacional seja mais coeso e eficiente, reduzindo as desigualdades regionais no desempenho escolar.

Outro aspecto crucial do impacto dos livros didáticos no ensino-aprendizagem é a relação entre a qualidade dos materiais e o desempenho escolar dos alunos. Estudos indicam que a disponibilidade de livros didáticos de boa qualidade está diretamente associada a melhorias no rendimento escolar, especialmente nas disciplinas de maior complexidade, como Matemática e Ciências (Oliveira e Caimi, 2021). Materiais bem estruturados, com explicações claras e exercícios que incentivam o pensamento crítico, ajudam os alunos a desenvolverem habilidades cognitivas e a consolidarem o conhecimento adquirido em sala de aula. Além disso, os livros didáticos proporcionam aos professores uma ferramenta essencial para a organização das aulas e a aplicação de práticas pedagógicas eficazes.

Os livros didáticos fornecidos pelo PNLD também desempenham um papel importante na formação de hábitos de leitura e no desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Ao dispor de livros para uso em casa, os alunos podem revisar o conteúdo e realizar atividades complementares, o que reforça o aprendizado e incentiva a prática do estudo fora do ambiente escolar. Esse aspecto é especialmente relevante para alunos de famílias de baixa renda, que muitas vezes não têm acesso a outros materiais de leitura. Assim, o PNLD promove a democratização do conhecimento e contribui para o desenvolvimento de uma cultura de leitura (FNDE, 2023).

Além disso, a qualidade dos livros didáticos está intimamente ligada ao desempenho dos professores em sala de aula. Materiais bem elaborados oferecem suporte pedagógico ao docente, facilitando a implementação de estratégias de ensino diversificadas e alinhadas às necessidades dos alunos. Com o apoio dos guias pedagógicos incluídos no PNLD, os professores podem planejar aulas mais eficazes e adaptar o conteúdo para atender a diferentes perfis de estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais (De

Albuquerque e Ferreira, 2019). Esse suporte adicional reforça a função dos livros didáticos como ferramentas não apenas de aprendizado, mas também de inclusão educacional.

Os livros didáticos fornecidos pelo PNLD são fundamentais para o desenvolvimento educacional no Brasil. O processo rigoroso de seleção e a distribuição abrangente garantem que todos os alunos tenham acesso a materiais de alta qualidade, o que contribui para a equidade no ensino e para o melhor desempenho escolar. Além disso, ao fornecer um recurso essencial tanto para alunos quanto para professores, o PNLD fortalece o sistema educacional brasileiro, promovendo uma educação mais inclusiva, coesa e eficaz.

## Desafios do PNLD: Problemas de Distribuição, Atualização e Adequação dos Conteúdos

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), apesar de seu papel essencial na democratização do acesso a materiais didáticos no Brasil, enfrenta desafios significativos em relação à distribuição, atualização e adequação dos conteúdos. Um dos principais problemas está na logística de distribuição, especialmente nas regiões mais remotas do país, como áreas rurais e comunidades indígenas. A vastidão geográfica do Brasil e a precariedade de infraestrutura em algumas regiões tornam o processo de entrega dos livros um desafio, gerando atrasos na distribuição que afetam o início do ano letivo para milhares de alunos (FNDE, 2023). Esses atrasos prejudicam o planejamento pedagógico das escolas e podem comprometer o desempenho dos alunos, que muitas vezes iniciam o ano letivo sem o material necessário.

Outro desafio importante está relacionado à atualização dos conteúdos dos livros. Embora o PNLD siga um ciclo trienal de renovação, em que os livros são substituídos por edições atualizadas, o ritmo acelerado das mudanças sociais, científicas e tecnológicas pode fazer com que alguns conteúdos fiquem desatualizados rapidamente. A velocidade das inovações, especialmente nas áreas de ciências e tecnologias, exige que os livros didáticos estejam constantemente revisados para refletir o conhecimento mais recente.

No entanto, o ciclo de renovação do PNLD, apesar de eficiente, pode não acompanhar as rápidas transformações do mundo contemporâneo, criando uma lacuna entre o que é ensinado nas escolas e as realidades atuais (Oliveira e Caimi, 2021).

Além disso, a adequação dos conteúdos é uma questão sensível. O Brasil é um país com enorme diversidade cultural, regional e social, e o conteúdo dos livros didáticos deve refletir essa pluralidade. No entanto, em alguns casos, os livros podem não ser totalmente adequados às particularidades locais, como as realidades dos alunos em áreas indígenas, quilombolas ou rurais. Embora o processo de avaliação dos livros seja criterioso, ainda há espaço para melhorias na inclusão de conteúdos que respeitem e valorizem a diversidade cultural e regional do Brasil (De Albuquerque e Ferreira, 2019). Isso requer um esforço contínuo para garantir que os livros didáticos contemplem todos os contextos educacionais do país.

## Tecnologia e Inovações no PNLD: Recursos Digitais e Interativos

Com o avanço das tecnologias digitais, o PNLD tem incorporado inovações significativas que visam modernizar o acesso aos materiais didáticos e torná-los mais interativos e atrativos para os estudantes. A introdução de recursos digitais no programa representa uma resposta às novas demandas da educação contemporânea, onde o uso de ferramentas tecnológicas já é uma realidade em muitas escolas. Nos últimos anos, o PNLD passou a incluir a oferta de livros didáticos digitais, além dos tradicionais impressos, permitindo que os alunos acessem o conteúdo em dispositivos eletrônicos, como tablets e computadores (FNDE, 2023).

Esses recursos digitais vão além da mera reprodução do conteúdo impresso em formato digital. Eles oferecem interatividade, como exercícios dinâmicos, vídeos explicativos e ferramentas de autoavaliação que permitem ao aluno explorar o conteúdo de maneira mais envolvente e personalizada. Essas inovações tecnológicas têm o potencial de tornar o processo de aprendizagem mais eficaz, pois permitem que os estudantes tenham maior

autonomia no ritmo de estudo, além de facilitar o acompanhamento do progresso individual por parte dos professores (Oliveira e Caimi, 2021).

O futuro do PNLD está intimamente ligado à crescente digitalização da educação. Com o aumento do acesso à internet e à tecnologia em todo o Brasil, o uso de livros digitais e outros recursos tecnológicos no ambiente educacional deve se expandir. No entanto, isso também apresenta desafios, principalmente em relação à desigualdade de acesso à tecnologia. Em muitas regiões, especialmente nas áreas rurais e periféricas, a falta de infraestrutura tecnológica e de acesso à internet de qualidade pode limitar a eficácia da implementação de livros digitais. Para que o PNLD digital seja plenamente efetivo, será necessário investir em infraestrutura tecnológica nas escolas públicas, garantindo que todos os alunos tenham acesso igualitário a esses recursos (FNDE, 2023).

## Dados Atuais sobre o PNLD: Cobertura e Impacto Econômico e Social

Em termos de abrangência, o PNLD é um dos maiores programas de distribuição de materiais didáticos do mundo. Em 2023, o programa atingiu cerca de 30 milhões de estudantes em mais de 140 mil escolas públicas em todo o Brasil, cobrindo a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos (FNDE, 2023). A distribuição de livros didáticos, que inclui não apenas disciplinas centrais como Português e Matemática, mas também disciplinas complementares como Arte e Educação Física, garante que os alunos em todos os níveis educacionais tenham os materiais necessários para acompanhar o currículo escolar.

O impacto econômico do PNLD nas escolas públicas é significativo. Ao fornecer os livros gratuitamente, o programa elimina a necessidade de as famílias, especialmente aquelas de baixa renda, gastarem com a compra de materiais didáticos. Isso representa uma economia significativa para milhões de famílias em todo o país, além de garantir que os alunos tenham as mesmas condições de aprendizado, independentemente de sua classe social (FNDE, 2023). Essa política pública de universalização do acesso aos livros

didáticos contribui diretamente para a redução das desigualdades educacionais e promove a equidade no sistema escolar brasileiro.

Além do impacto econômico, o PNLD também gera benefícios sociais importantes. Ao garantir o acesso a materiais didáticos de qualidade, o programa fortalece o direito à educação e melhora as condições de ensino nas escolas públicas. O uso de livros atualizados e de qualidade eleva o nível do ensino e oferece aos professores ferramentas mais eficazes para o desenvolvimento pedagógico. O impacto do PNLD na aprendizagem dos alunos é amplamente reconhecido, com evidências que mostram que o uso de materiais didáticos adequados está diretamente relacionado a melhores resultados no desempenho escolar, especialmente em regiões mais vulneráveis (De Albuquerque e Ferreira, 2019).

O PNLD continua a desempenhar um papel fundamental no sistema educacional brasileiro, proporcionando uma ampla cobertura e contribuindo para a equidade e qualidade do ensino nas escolas públicas. Apesar dos desafios, como a logística de distribuição e a atualização dos conteúdos, o programa tem evoluído com o tempo, incorporando inovações tecnológicas que o posicionam para enfrentar as novas demandas da educação digital. O impacto econômico e social do PNLD é profundo, ajudando a reduzir as desigualdades educacionais e a promover um sistema mais justo e acessível para todos os estudantes do Brasil.

# PDDE (PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA)

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi instituído pelo governo federal em 1995 como uma resposta à necessidade de promover maior autonomia financeira para as escolas públicas e agilizar a melhoria de sua infraestrutura e de suas atividades pedagógicas. A criação do PDDE ocorreu em um contexto de descentralização das políticas públicas educacionais, com o objetivo de garantir maior flexibilidade e rapidez na aplicação dos recursos nas escolas, atendendo às demandas locais de maneira mais eficaz. Anteriormente, o financiamento escolar era centralizado e altamente burocrático, o que muitas vezes resultava em atrasos na execução de melhorias necessárias e na aquisição de materiais didáticos (FNDE, 2023).

O principal objetivo do PDDE é assegurar que as escolas públicas, principalmente aquelas localizadas em regiões de maior vulnerabilidade social, tenham os recursos necessários para melhorar sua infraestrutura e apoiar suas atividades pedagógicas. O programa oferece verbas que podem ser utilizadas de forma direta pelas escolas para a manutenção predial, compra de equipamentos, materiais escolares e até pequenas reformas que visam melhorar o ambiente de ensino e aprendizagem. Além disso, o PDDE também permite o financiamento de projetos pedagógicos que complementem o currículo escolar, como atividades culturais, esportivas e de apoio educacional (Arantes, 2019). O foco do programa está em garantir que as escolas possam atender às suas necessidades mais imediatas sem depender de processos longos e burocráticos.

Ao longo dos anos, o PDDE foi sendo ampliado e passou a incluir ações complementares voltadas para a melhoria da acessibilidade nas escolas e para o

fortalecimento da gestão democrática, com a participação da comunidade escolar na definição das prioridades de uso dos recursos. O programa desempenha um papel crucial na redução das desigualdades educacionais, especialmente nas escolas mais carentes, onde a ausência de recursos financeiros adequados impede a manutenção e o desenvolvimento de ambientes escolares saudáveis e produtivos (Arantes, 2019). Ao fornecer esses recursos diretamente às escolas, o PDDE facilita a resolução de problemas locais e melhora as condições de aprendizado dos alunos.

## Critérios de Alocação de Recursos do PDDE: Qualificação e Distribuição de Verbas

Para que uma escola se qualifique a receber recursos do PDDE, ela precisa atender a uma série de critérios estabelecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que coordena a execução do programa. Um dos principais requisitos é que a escola esteja devidamente cadastrada no Censo Escolar, que é a principal base de dados utilizada pelo FNDE para a identificação das escolas elegíveis. Além disso, é necessário que a escola tenha um conselho escolar ou uma associação de pais e mestres atuante, que será responsável pela gestão dos recursos recebidos, garantindo a transparência e a prestação de contas à comunidade (FNDE, 2023).

Os critérios de alocação dos recursos do PDDE também são definidos com base em indicadores como o número de alunos matriculados, o nível de ensino oferecido (educação infantil, ensino fundamental, médio ou educação de jovens e adultos), e as condições socioeconômicas da comunidade atendida pela escola. Escolas localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social ou com maiores dificuldades estruturais recebem prioridade na distribuição das verbas, de modo a promover maior equidade no sistema educacional (Vasconcelos e Souza Franck, 2022). O objetivo é garantir que as escolas mais necessitadas tenham acesso a um volume de recursos suficiente para atender suas demandas mais urgentes.

A distribuição das verbas do PDDE é realizada de forma automática e proporcional, de acordo com as informações fornecidas pelo Censo Escolar e os critérios estabelecidos. O valor a ser repassado a cada escola é calculado com base no número de alunos matriculados, garantindo que as escolas maiores recebam mais recursos, proporcionalmente às suas necessidades. Além disso, o FNDE estabelece um teto máximo de repasse para cada tipo de despesa, de modo a garantir que os recursos sejam utilizados de forma racional e eficiente (FNDE, 2023). As escolas têm autonomia para decidir como aplicar os recursos, mas devem prestar contas anualmente sobre a destinação dos valores recebidos, assegurando a transparência do uso das verbas públicas.

Outro ponto importante na alocação dos recursos do PDDE é o foco nas escolas rurais e nas regiões mais carentes do país. Essas escolas, muitas vezes, enfrentam maiores dificuldades em manter sua infraestrutura em condições adequadas, devido às limitações financeiras dos municípios e à falta de acesso a recursos locais. O PDDE tem sido uma ferramenta fundamental para minimizar essas desigualdades, garantindo que os alunos de áreas remotas tenham as mesmas oportunidades de aprendizado que aqueles em áreas urbanas (Vasconcelos e Souza Franck, 2022).

O PDDE desempenha um papel vital na garantia de recursos financeiros diretos às escolas, permitindo que elas melhorem suas condições físicas e pedagógicas de forma mais rápida e eficaz. O programa não só fortalece a autonomia escolar, mas também promove a equidade, direcionando recursos de maneira prioritária para as escolas mais necessitadas e facilitando a execução de projetos educacionais que vão além do currículo tradicional. Com critérios de alocação bem definidos e processos de monitoramento e prestação de contas, o PDDE contribui significativamente para a melhoria da qualidade da educação pública no Brasil.

# Uso dos Recursos do PDDE: Melhorias Físicas e Pedagógicas nas Escolas

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) oferece recursos financeiros que podem ser aplicados em diversas áreas de melhoria dentro das escolas públicas, abrangendo tanto a infraestrutura física quanto as atividades pedagógicas. A flexibilidade do uso dos recursos permite que as escolas identifiquem e atendam suas necessidades mais urgentes, tornando o programa uma ferramenta eficaz para promover a qualidade do ambiente escolar e o processo de ensino-aprendizagem. Uma das principais áreas de aplicação dos recursos do PDDE é a manutenção e melhoria da infraestrutura escolar. Isso inclui reparos em prédios, consertos em instalações elétricas e hidráulicas, reformas de banheiros e salas de aula, além da construção de pequenas estruturas, como rampas de acessibilidade (FNDE, 2023).

Além das melhorias físicas, os recursos do PDDE também podem ser destinados à compra de materiais didáticos, mobiliário escolar e equipamentos que auxiliam nas atividades pedagógicas. Isso é especialmente relevante para escolas que não têm acesso a outros programas de financiamento que cubram essas necessidades específicas. A aquisição de livros, jogos educativos, computadores e outros recursos tecnológicos tem um impacto direto na qualidade do ensino, permitindo que professores diversifiquem suas metodologias e proporcionem uma aprendizagem mais interativa e envolvente para os alunos (Viana, 2022). O programa também permite a compra de materiais de limpeza e segurança, garantindo que as escolas mantenham um ambiente adequado para o bem-estar dos alunos e funcionários.

O PDDE também tem sido utilizado para apoiar atividades extracurriculares, como projetos culturais, esportivos e educacionais, que complementam o currículo formal e contribuem para o desenvolvimento integral dos estudantes. As escolas podem organizar eventos, palestras e atividades comunitárias, promovendo a integração dos alunos e o fortalecimento do vínculo entre a escola e a comunidade. Esses projetos pedagógicos diversificados são fundamentais para a construção de uma educação mais inclusiva e

transformadora, pois permitem que os alunos desenvolvam habilidades socioemocionais e ampliem suas experiências além da sala de aula (Arantes, 2019).

## Desafios na Implementação do PDDE: Uso Adequado dos Recursos e Prestação de Contas

Apesar dos benefícios proporcionados pelo PDDE, muitas escolas enfrentam desafios significativos para utilizar os recursos de forma eficaz e atender às demandas administrativas do programa. Um dos principais desafios é a falta de capacitação dos gestores escolares para lidar com as questões financeiras e administrativas associadas ao uso dos recursos. Embora o programa ofereça autonomia às escolas para definir como os recursos serão aplicados, muitos gestores têm dificuldades em planejar o uso adequado das verbas, o que pode resultar em gastos inadequados ou ineficientes. Em alguns casos, a falta de planejamento estratégico impede que os recursos sejam aplicados nas áreas de maior necessidade, comprometendo os resultados esperados (Vasconcelos e Souza Franck, 2022).

A prestação de contas é outro aspecto crítico que representa um desafio para muitas escolas, especialmente aquelas localizadas em regiões com pouca infraestrutura ou onde há dificuldade de acesso à internet. O processo de prestação de contas exige que as escolas documentem detalhadamente todas as despesas realizadas com os recursos do PDDE e enviem essa documentação ao FNDE por meio de sistemas online. No entanto, a falta de capacitação dos gestores e a complexidade do processo podem levar a erros ou omissões na prestação de contas, o que pode resultar na suspensão dos repasses para as escolas que não cumprem as exigências (FNDE, 2023).

Outro desafio enfrentado é a transparência no uso dos recursos. Embora o PDDE exija a criação de conselhos escolares ou associações de pais e mestres que supervisionem a aplicação das verbas, nem todas as escolas conseguem mobilizar a comunidade para participar ativamente desse processo de fiscalização. Em algumas regiões, a baixa

participação da comunidade escolar na gestão dos recursos dificulta o controle social e aumenta o risco de desvios ou uso inadequado das verbas (De Jesus e Araújo, 2019). Esse problema é particularmente evidente em escolas localizadas em áreas rurais ou em municípios com pouca supervisão administrativa, onde a fiscalização é mais difícil e as irregularidades podem passar despercebidas.

Além disso, as discrepâncias regionais também são um desafio para a implementação do PDDE. Escolas em regiões mais desenvolvidas, com maior acesso a infraestrutura e recursos, geralmente conseguem aplicar os recursos de forma mais eficiente e prestar contas de maneira adequada. Já em regiões mais carentes, onde a falta de apoio técnico e administrativo é maior, as escolas podem enfrentar dificuldades adicionais, comprometendo a eficácia do programa em reduzir as desigualdades educacionais (Vasconcelos e Souza Franck, 2022).

O PDDE é uma política pública essencial para melhorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas públicas no Brasil. No entanto, sua implementação enfrenta desafios importantes, como a capacitação dos gestores, a complexidade da prestação de contas e a falta de transparência no uso dos recursos. Para superar esses desafios, é necessário investir em treinamentos e suporte técnico para as escolas, além de fortalecer os mecanismos de controle social e fiscalização, garantindo que os recursos sejam aplicados de forma eficaz e transparente, em benefício da educação pública.

## Impacto do PDDE na Qualidade Educacional: Contribuições para o Ensino e Exemplos de Boas Práticas

Os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) têm contribuído significativamente para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social e econômica. O principal impacto do programa reside na capacidade das escolas de utilizar os recursos de forma ágil e direcionada para atender às suas necessidades mais imediatas, sejam elas relacionadas

à infraestrutura, aquisição de materiais pedagógicos ou implementação de projetos educativos. Essa autonomia proporcionada pelo PDDE permite que as escolas adaptem suas ações conforme as realidades locais, promovendo um ambiente de ensino mais adequado e propício à aprendizagem (FNDE, 2023).

A melhoria da qualidade educacional pode ser observada em diversos aspectos. Na infraestrutura, os recursos do PDDE são frequentemente utilizados para reformas em escolas que apresentam condições precárias, como problemas de saneamento, telhados danificados, ou falta de acessibilidade. Ao realizar essas melhorias, o programa assegura que os alunos estudem em ambientes mais seguros, confortáveis e adequados, o que contribui diretamente para o rendimento escolar. Em termos pedagógicos, o PDDE permite a compra de materiais didáticos, como livros, computadores, jogos educativos e outros recursos que tornam as aulas mais dinâmicas e estimulantes, facilitando o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais dos alunos (Arantes, 2019).

Além disso, o programa tem promovido boas práticas em diversas escolas, que utilizam as verbas para implementar projetos pedagógicos inovadores e adaptados às necessidades de seus alunos. Um exemplo de boas práticas é o uso dos recursos para a criação de projetos de leitura, onde as escolas adquirem acervos literários e desenvolvem atividades extracurriculares que incentivam o gosto pela leitura. Outro exemplo é a promoção de atividades culturais e esportivas que complementam o currículo tradicional, como festivais de música, teatro e campeonatos esportivos, que ajudam a engajar os alunos e a melhorar o clima escolar. Essas práticas, além de melhorar o desempenho acadêmico, promovem o desenvolvimento integral dos estudantes e fortalecem os vínculos entre a escola e a comunidade (Viana, 2022).

## Dados Atuais sobre o PDDE: Impacto Financeiro e Educacional

De acordo com os dados mais recentes fornecidos pelo FNDE, o PDDE continua a desempenhar um papel essencial no financiamento das escolas públicas, beneficiando

cerca de 140 mil instituições em todo o Brasil. Em 2023, o orçamento destinado ao programa superou R\$ 3 bilhões, com repasses que foram utilizados para financiar desde a manutenção escolar até projetos pedagógicos. A abrangência do programa é vasta, cobrindo desde escolas de grandes centros urbanos até instituições localizadas em áreas rurais e regiões de difícil acesso (FNDE, 2023). Esses números demonstram a relevância do PDDE como um dos principais mecanismos de apoio à educação básica no país, sobretudo em um contexto de crescentes desafios econômicos para as redes públicas de ensino.

O impacto financeiro do PDDE é significativo, pois permite que as escolas façam investimentos que muitas vezes não seriam possíveis com os recursos municipais ou estaduais disponíveis. Para muitas instituições, especialmente nas regiões mais vulneráveis, o PDDE representa uma fonte crucial de financiamento, sem a qual seria difícil realizar até mesmo pequenas melhorias estruturais ou adquirir materiais didáticos básicos. Além disso, o programa tem uma função redistributiva importante, pois destina maiores repasses para as escolas que atendem alunos em condições socioeconômicas mais precárias, promovendo a equidade no sistema educacional (Vasconcelos e Souza Franck, 2022).

No âmbito educacional, os dados indicam que as escolas que fazem um uso eficiente dos recursos do PDDE apresentam melhorias substanciais em termos de desempenho acadêmico e engajamento dos alunos. As verbas permitem a implementação de projetos pedagógicos diversificados, que ampliam as oportunidades de aprendizado e promovem a inclusão escolar. Ao melhorar a infraestrutura e proporcionar um ambiente mais acolhedor, o PDDE também contribui para a redução das taxas de evasão escolar, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde os alunos tendem a abandonar a escola devido às condições inadequadas de ensino (Arantes, 2019).

## Projeções para o Desenvolvimento Futuro do Programa

O futuro do PDDE é promissor, com projeções de expansão e maior flexibilidade na utilização dos recursos, visando adaptar o programa às novas demandas da educação

pública no Brasil. Com a crescente digitalização das escolas e a inclusão de novas tecnologias no processo de ensino, espera-se que o PDDE continue a evoluir para apoiar a infraestrutura tecnológica das instituições de ensino. A aquisição de computadores, tablets e outros dispositivos eletrônicos, além da melhoria da conectividade nas escolas, são algumas das áreas em que o programa poderá atuar de forma mais intensa nos próximos anos (FNDE, 2023).

Além disso, o fortalecimento da participação da comunidade escolar na gestão dos recursos é uma prioridade para garantir maior transparência e eficácia no uso das verbas. A criação de conselhos escolares mais atuantes, que possam supervisionar a aplicação dos recursos e garantir que eles sejam usados de forma alinhada às necessidades pedagógicas e estruturais das escolas, é uma das metas para o aprimoramento do programa. O envolvimento ativo da comunidade é crucial para que o PDDE alcance seu potencial máximo e continue a ser um pilar importante na melhoria da qualidade da educação pública no Brasil (De Jesus e Araújo, 2019).

Outra projeção importante para o futuro do PDDE é a ampliação do apoio às escolas localizadas em áreas de difícil acesso ou com condições socioeconômicas muito desfavoráveis. Essas escolas tendem a enfrentar maiores desafios na gestão dos recursos e na prestação de contas, exigindo maior suporte técnico e administrativo. O fortalecimento da capacitação dos gestores escolares para lidar com a parte administrativa e financeira do programa é fundamental para garantir que os recursos sejam aplicados de maneira eficiente e transparente.

O PDDE é um programa que tem gerado impactos positivos significativos na educação pública brasileira, tanto em termos financeiros quanto educacionais. Com a sua evolução e a adoção de práticas mais modernas e inclusivas, o programa está preparado para continuar desempenhando um papel central na promoção de uma educação pública de qualidade, acessível a todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais sobre os programas de políticas públicas educacionais abordados, como o FUNDEB, FNDE, PNAE, PNATE, PNLD e PDDE, demonstram a importância vital dessas iniciativas na promoção de uma educação pública mais acessível, equitativa e de qualidade no Brasil. Cada programa, com suas especificidades, contribui de maneira significativa para a construção de um sistema educacional que visa reduzir as desigualdades sociais e regionais, garantir o direito à educação para todos e oferecer condições adequadas para o desenvolvimento dos estudantes.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) tem se consolidado como um dos principais mecanismos de financiamento da educação básica, sendo essencial para assegurar que estados e municípios tenham os recursos necessários para investir em infraestrutura escolar, formação de professores e manutenção das redes de ensino. O modelo de redistribuição de recursos do FUNDEB, que busca equalizar as disparidades regionais, tem sido fundamental para a inclusão de milhões de estudantes, especialmente nas regiões mais vulneráveis do país. A complementação da União ao fundo fortalece ainda mais esse sistema, permitindo que áreas com menor capacidade arrecadatória possam oferecer uma educação de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico dessas localidades.

Da mesma forma, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que atua como gestor de vários programas, desempenha um papel essencial na implementação e fiscalização de políticas educacionais de grande impacto. Ao gerir programas como o PNAE, PNATE, PNLD e PDDE, o FNDE garante a eficiência na aplicação dos recursos e a transparência nas operações, contribuindo para que as políticas educacionais alcancem os objetivos esperados. O papel do FNDE como articulador entre os entes federados e as escolas públicas é crucial para a operacionalização de ações que envolvem milhões de estudantes e que demandam uma logística robusta e organizada.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por sua vez, vai além de garantir o acesso a refeições nutritivas e balanceadas nas escolas públicas, desempenhando um papel central na promoção de hábitos alimentares saudáveis e na formação de uma cultura de alimentação consciente. A importância do PNAE não se restringe apenas ao combate à fome e à desnutrição, mas também à promoção da inclusão social e da equidade, ao assegurar que todos os alunos, independentemente de sua condição econômica, possam ter acesso a uma alimentação digna e adequada. O impacto do PNAE na saúde e no bem-estar dos estudantes se reflete diretamente no desempenho escolar, uma vez que alunos bem alimentados têm melhores condições de aprendizado, maior concentração e menor risco de evasão escolar.

Outro aspecto fundamental das políticas educacionais analisadas é o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), que visa garantir que os alunos das áreas rurais e remotas possam ter acesso regular à escola. O transporte escolar é um elemento essencial na luta contra a evasão escolar em regiões onde a distância entre a casa dos alunos e a escola é um dos maiores obstáculos ao acesso à educação. O PNATE assegura que esses alunos, muitas vezes em situação de vulnerabilidade, tenham as mesmas oportunidades de frequentar a escola que os alunos de áreas urbanas, promovendo assim a inclusão educacional e o combate às desigualdades regionais.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) também merece destaque por seu papel na democratização do acesso aos materiais didáticos. Ao fornecer livros didáticos de qualidade para milhões de alunos em todo o Brasil, o PNLD garante que todos os estudantes, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, tenham acesso aos mesmos recursos de aprendizado. O impacto do PNLD na qualidade do ensino é amplamente reconhecido, pois materiais didáticos atualizados e bem estruturados são fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a inclusão de livros digitais no programa reflete a modernização das práticas pedagógicas e a adaptação às novas demandas da era digital.

Por fim, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) destaca-se por sua flexibilidade e capacidade de atender às necessidades mais imediatas das escolas

públicas. A descentralização dos recursos permite que as escolas façam pequenos reparos, adquiram materiais pedagógicos e implementem projetos educacionais que atendam às especificidades de suas comunidades escolares. O PDDE é um exemplo de como a autonomia financeira das escolas pode ser uma ferramenta poderosa para promover a melhoria das condições de ensino e a participação da comunidade escolar na gestão dos recursos.

Em suma, os programas de políticas públicas educacionais discutidos aqui são instrumentos fundamentais para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo. Eles promovem não apenas o acesso à educação, mas também garantem a permanência dos alunos na escola, melhorando suas condições de aprendizado e reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Esses programas representam um compromisso contínuo do Estado brasileiro com o desenvolvimento educacional e social, sendo essenciais para garantir o direito constitucional à educação de qualidade para todos os cidadãos. No entanto, para que esses programas continuem a ser eficazes, é necessário que haja investimentos contínuos, monitoramento rigoroso e aprimoramento constante das estratégias de implementação, de modo a enfrentar os desafios que surgem em um cenário educacional em constante transformação.

O sucesso dessas políticas públicas depende não apenas da execução correta por parte dos gestores educacionais, mas também da participação ativa das comunidades escolares e da sociedade em geral no processo de controle social e fiscalização. A educação, como um direito fundamental, requer o esforço conjunto de governos, instituições e cidadãos para garantir que as futuras gerações tenham acesso a um sistema educacional que lhes ofereça oportunidades reais de crescimento pessoal, profissional e social. Portanto, a continuidade e o fortalecimento desses programas são essenciais para o progresso do Brasil como uma nação mais igualitária, educada e desenvolvida.

# REFERÊNCIAS

- ARANTES, Emerson Clayton. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a perspectiva da redução das desigualdades regionais: uma análise a partir da região Norte do Brasil**. 2019.
- BASSI, Camillo de Moraes. PEC do Pacto Federativo–PEC nº 188/2019: uma discussão sobre a descentralização do salário-educação. 2020.
- BRASIL. Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004. **Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE**. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 10 jun. 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10880.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10880.htm). Acesso em: 04 set. 2024.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm). Acesso em: 04 set. 2024.
- CARVALHO, Willer Luciano *et al.* **Os impactos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar em indicadores de desempenho escolar**. In: *Anais do 34º Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes*. ANPET. 2020.
- COSTA, Liliane Leite; MINEIRO, Márcia. **Gestão dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE): primeiras aproximações**. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)*, v. 4, n. 1, p. 137-161, 2023.
- DA SILVA, Luiz Humberto *et al.* **PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico**. *Mundo Amazônico*, v. 11, n. 2, p. 17-36, 2020.
- DE ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia; FERREIRA, Andrea Tereza Brito. **Programa nacional de livro didático (PNLD): mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula**. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 27, n. 103, p. 250-270, 2019.
- DE JESUS, Sérgio Luis; DE ARAÚJO, Wânia Maria. **Análise da gestão da verba do pdde: uma revisão teórica**. *Criar Educação*, v. 8, n. 1, 2019.
- DIGEF, F. N. D. E. *Cartilha do Novo FUNDEB*. 2023.
- FERREIRA, Helen Gonçalves Romeiro; ALVES, Rodrigo Gomes; MELLO, Silvia Conceição Reis Pereira. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem**. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, v. 22, n. 44, p. 90-113, 2019.
- FOSSATTI, Paulo. **Novo FUNDEB: uma incursão sobre seus possíveis avanços**. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 39, n. 1, 2023.
- FUNDO Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Consulta de valores e dados estatísticos do PNATE**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/consultas-publicas/pnate>. Acesso em: 04 set. 2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/programas/pdde>. Acesso em: 04 set. 2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/programas/pnae>. Acesso em: 04 set. 2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Programa Nacional do Livro Didático – PNLD**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/programas/pnld>. Acesso em: 04 set. 2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Publicação de portarias para prestação de contas**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/fnde-publica-novas-portarias-com-orientacoes-para-prestacao-de-contas>. Acesso em: 04 set. 2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Sistemas de Gestão do FNDE**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/sistemas-de-gestao>. Acesso em: 04 set. 2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Transparência ativa nos programas do FNDE**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/transparencia/transparencia-nos-programas>. Acesso em: 04 set. 2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Valores de repasse do FUNDEB**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/programas/fundeb>. Acesso em: 04 set. 2024.

NERO, Dario da Silva Monte; GARCIA, Rosineide Pereira Muraback; ALMASSY, Alexandre Americo. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) a partir da sua gestão de descentralização. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233056, 2022.

NOGUEIRA, Renan Moreira. **Os sentidos da participação social no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): trajetórias no contexto da racionalidade neoliberal**. 2022.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; CAIMI, Flávia Eloisa. **Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola**. *Educar em Revista*, v. 37, p. e77041, 2021.

VASCONCELOS, Alcyone; DE SOUZA FRANCK, Luciana Nazare. **Análise da gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) nos municípios**. *Conhecimento & Diversidade*, v. 14, n. 32, p. 48-73, 2022.

VIANA, Mariana Peleje. **Comparando os Recursos Financeiros do PDDE com as chamadas ‘Contribuições Espontâneas’ arrecadadas pelas Escolas Públicas**. *FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação*, v. 12, 2022.

---

## Sobre os Autores

### Jacinto da Silva Gomes Matos

Mestre pelo PROFMAT - Universidade Estadual do Ceará (2020). Professor da rede estadual do Ceará, experiência como Tutor do curso de Matemática-EAD da Universidade Estadual do Ceará e atualmente atual como técnico - 7ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação. Membro no Grupo de Estudos e Pesquisa GEPEMAC.

### Mateus Lemos Barroso

Mestre em Ciências Médicas - UNIFOR. Licenciado em Educação Física - IFCE. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Escolar - GEPEFE/UECE. Professor Efetivo da Rede Pública Estadual do Ceará.

### Maria Luciene Sousa Augusto

Graduada em Pedagogia, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú(1999), Habilitada em Matemática e Física , pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2022), Especialista em Ensino da Matemática, pela Faculdade Ateneu (2008), Especialista em Gestão da Educação Pública, pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2012), Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública, pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2020). Professora da rede Estadual do Ceará, Experiência como professora de Matemática e Física do Ensino Médio, como Superintendente Escolar, Coordenadora e Diretora Escolar. Atualmente atua como Orientadora da Célula de Desenvolvimento da Educação, na Crede 7.

---

# Mayara Luiza Freitas Silva

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual do Ceará (2012).

Especialista na Modalidade Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade pela Escola de Saúde Pública do Ceará (2017).

Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (2020).

# Daniel Martins Braga

Licençado em Educação Física e Especialista em Educação Física Escolar pelo IFCE, campus Canindé. Mestre em Ensino e Formação Docente pela Unilab, campus Redenção. Professor da Rede Pública Estadual do Ceará desde 2014 e desde 2017 atua na Coordenação Escolar em escolas da rede.

# Índice Remissivo

## A

acesso 6, 12, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 24, 26, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67

adequada 21, 22, 23, 27, 28, 30, 31, 32, 42, 44, 45, 61, 66

alimentação 12, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 66

alimentos 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

alunos 12, 17, 18, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 67

ambiente 31, 32, 34, 51, 54, 56, 59, 62, 63

aplicação 14, 15, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 45, 51, 56, 59, 60, 64, 65

aprendizado 24, 31, 32, 37, 43, 45, 48, 50, 51, 52, 54, 57, 58, 63, 66, 67

aprendizagem 12, 20, 31, 50, 51, 53, 55, 56, 59, 62, 66

arrecadação 17, 23, 24, 25, 26

## B

básica 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 36, 38, 44, 47, 49, 63, 65

brasileiro 12, 13, 17, 18, 20, 21, 26, 36, 47, 48, 52, 55, 67

## C

carreira 18

cenário 12, 13, 20, 33, 67

comunidade 22, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 67

condições 6, 12, 15, 17, 18, 20, 23, 24, 30, 31, 37, 38,

39, 41, 42, 43, 45, 48, 50, 54, 55, 57, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67

contexto 12, 15, 28, 48, 56, 63

## D

demandas 15, 24, 27, 35, 53, 55, 56, 57, 60, 63, 66

desafios 12, 13, 15, 21, 25, 32, 35, 39, 40, 42, 45, 46, 52, 54, 55, 60, 61, 63, 64, 67

desempenho 15, 17, 22, 25, 26, 29, 31, 34, 37, 41, 45, 51, 52, 55, 62, 63, 66

desenvolvimento 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 29, 30, 32, 35, 37, 41, 43, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 59, 62, 65, 67

desigualdades 12, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 24, 25, 29, 36, 37, 43, 51, 55, 57, 58, 61, 65, 66, 67

distribuição 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 47, 48, 50, 52, 54, 55, 57, 58

docente 18, 51

## E

educação 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 67

educacionais 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 38, 43, 47, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 64, 65, 66, 67

educacional 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 65, 66, 67

ensino 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 25, 27, 28, 30, 34, 36, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67

escola 13, 28, 29, 30, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 50, 57,

58, 59, 62, 63, 66, 67

escolar 12, 17, 18, 22, 23, 25, 28, 29, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67

escolas 12, 15, 16, 17, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 71

estudantes 12, 13, 15, 17, 18, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 59, 62, 64, 65, 66

## F

financeira 12, 15, 17, 19, 44, 56, 64, 67

financeiros 12, 16, 17, 26, 28, 44, 57, 58, 59, 64

financiamento 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 27, 38, 56, 59, 62, 63, 65

fiscalização 15, 16, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 33, 60, 61, 65, 67

fundo 14, 15, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 65

fundos 15, 16, 19, 20, 21, 24, 38

## G

gestão 15, 16, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 32, 33, 35, 38, 39, 40, 43, 44, 46, 57, 61, 64, 67

gestores 20, 22, 24, 25, 30, 33, 46, 60, 61, 64, 67

## I

inclusão 15, 18, 23, 33, 37, 40, 41, 42, 43, 46, 48, 49, 52, 53, 63, 64, 65, 66

inclusiva 12, 13, 18, 49, 52, 59

infraestrutura 12, 15, 17, 18, 20, 22, 23, 25, 26, 32, 36,

---

37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 52, 54, 56, 58, 59, 60,  
61, 62, 63, 64, 65

## N

necessidades 18, 27, 28, 29, 31, 48, 49, 50, 51, 56,  
58, 59, 61, 62, 64, 66

nutricionais 27, 28, 29, 31

nutricional 28, 29, 31, 33

## P

pedagógicos 12, 13, 18, 48, 49, 51, 56, 59, 62, 63, 67

políticas 12, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 26, 27, 44, 45, 56,  
65, 66, 67

processo 12, 15, 19, 20, 21, 22, 27, 30, 32, 47, 48, 49,  
50, 52, 53, 59, 60, 62, 64, 66, 67

professores 18, 23, 47, 49, 51, 52, 54, 55, 59, 65

profissionais 15, 17, 18, 20, 40

programas 12, 13, 14, 15, 19, 20, 23, 24, 54, 59, 65,  
67

pública 12, 13, 14, 16, 18, 21, 24, 27, 28, 29, 32, 34,  
35, 36, 37, 38, 44, 47, 48, 49, 50, 54, 58, 61, 64, 65

públicas 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 27, 28, 29, 32,  
44, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66,  
67

## Q

qualidade 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24,  
25, 26, 30, 32, 35, 39, 40, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52,  
54, 55, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 66, 67

## R

recursos 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24,

---

25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 37, 38, 40, 44, 45, 46,  
47, 49, 50, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65,  
66, 67

refeições 28, 29, 30, 31, 34, 66

rendimento 28, 51, 62

## S

saudável 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33

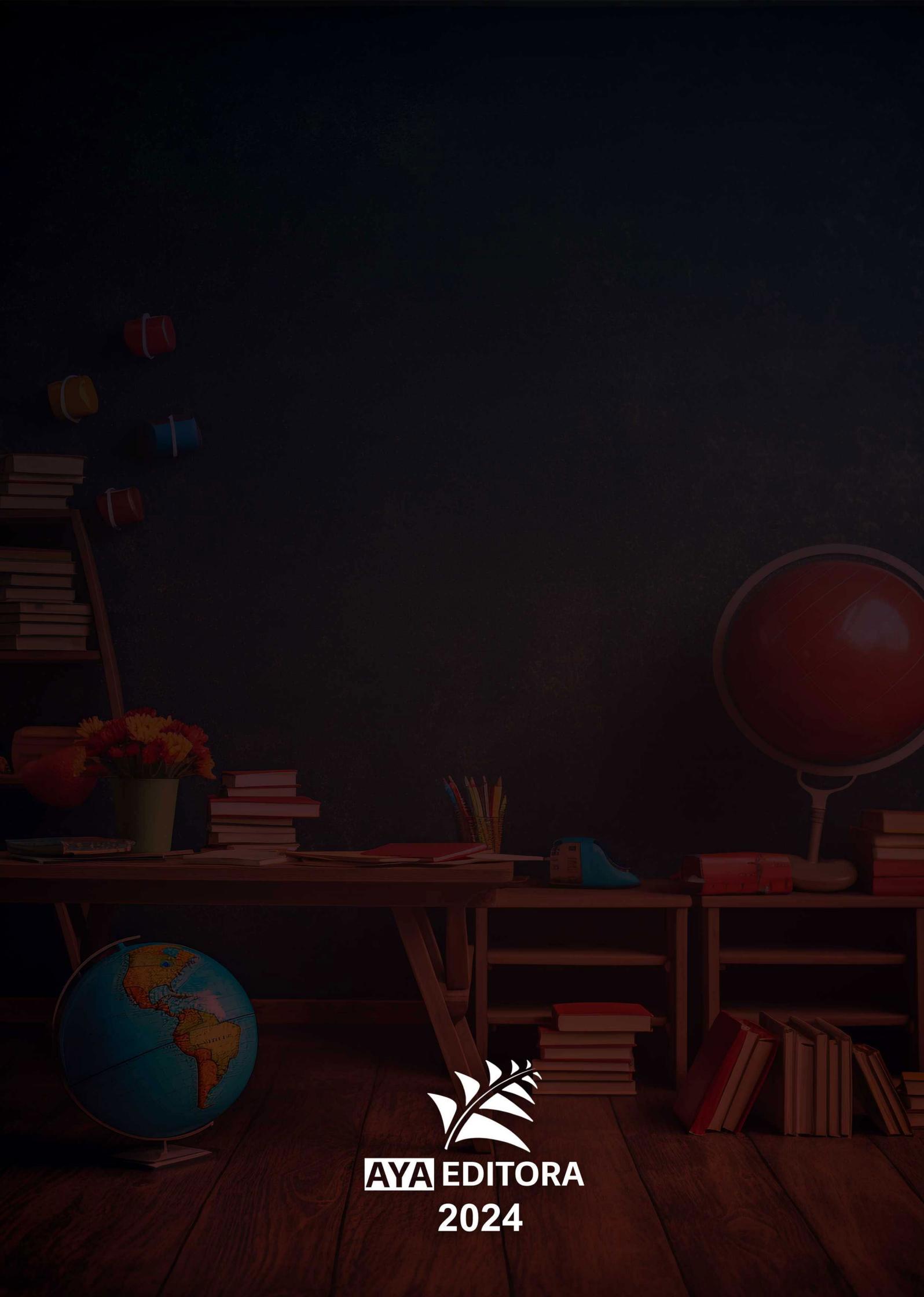
sistema 6, 12, 13, 18, 19, 21, 22, 26, 36, 37, 38, 42, 48,  
50, 51, 52, 55, 57, 63, 65, 67

social 15, 16, 22, 23, 28, 33, 35, 37, 43, 53, 54, 55, 56,  
57, 61, 63, 65, 66, 67

## V

verbas 22, 24, 45, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64





**AYA EDITORA**  
**2024**